

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
ADMINISTRAÇÃO

VANESSA CATIANE DE LIMA

SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO NA
UNIDADE DO BANCO DO BRASIL S.A. DE GRAVATÁ-PE

CARUARU - PE

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
ADMINISTRAÇÃO

VANESSA CATIANE DE LIMA

SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO NA
UNIDADE DO BANCO DO BRASIL S.A. DE GRAVATÁ-PE

Trabalho apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Administração, da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, como requisito parcial para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientadora: Profa. M.Sc. Jaqueline
Guimarães Santos

CARUARU - PE

2016

Catálogo na fonte:
Bibliotecária - Simone Xavier CRB/4-1242

L732s Lima, Vanessa Catiane de.
Sistema de gestão ambiental: um estudo de caso na unidade Banco do Brasil S. A. de Gravatá - PE. / Vanessa Catiane de Lima. - 2016.
61f. il. ; 30 cm.

Orientadora: Jaqueline Guimarães Santos
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Administração, 2016.
Inclui referências bibliográficas

1. Gestão ambiental. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Responsabilidade social da empresa. 4. Banco do Brasil. I. Santos, Jaqueline Pereira. (Orientadora). II. Título.

658 CDD (23. ed.) UFPE (CAA 2016-042)

VANESSA CATIANE DE LIMA

SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO NA
UNIDADE DO BANCO DO BRASIL S.A. DE GRAVATÁ-PE

Este trabalho foi julgado adequado e aprovado para a obtenção do título de graduação em
Administração da Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste

Caruaru (PE), 14 de janeiro de 2016.

Prof. Dr. Cláudio José Montenegro de Albuquerque
Coordenador do Curso de Administração

BANCA EXAMINADORA:

Profa. M.Sc. Jaqueline Guimarães Santos
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste
Orientadora

Prof. M.Sc. Luiz Sebastião dos Santos Júnior
Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste
Banca

Profa. Dra. Monaliza Ferreira de Oliveira
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste
Banca

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, a meus familiares, amigos e ao meu esposo Paulinho pela alegria de tê-los.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aqui a Deus, a meus familiares e a todas as pessoas que de alguma forma colaboraram para que este trabalho se concretizasse, em particular, quero deixar registrado um agradecimento especial a algumas delas, que tiveram uma importância fundamental.

Em primeiro lugar as minhas amigas de universidade Wilma, Bruna, Jéssica, Elline, Mauricéia e Paula Jaqueline, companheiras de trabalhos em grupo, de congressos, de boas conversas e altas risadas. Agradeço pelo apoio, incentivo e amizade delas.

Igualmente fundamental foi o apoio dos professores da banca examinadora quanto às sugestões ao trabalho e também da minha orientadora Jaqueline Santos, que foi muito importante no percurso deste trabalho.

Agradeço aos professores que me acompanharam até hoje, os quais contribuíram para meu aprendizado e minha formação profissional.

E um agradecimento especial a Paulinho, pelo apoio total e por suportar as minhas ansiedades com o trabalho.

A todos, muito obrigada!

Quando nada parece dar certo, vou ver o cortador de pedras martelando sua rocha, talvez cem vezes sem que uma única rachadura apareça. Mas na centésima primeira martelada a pedra se abre em duas, e eu sei que não foi aquela que conseguiu isso, mas todas as que vieram antes.

Jacob Riis

RESUMO

A crise ambiental tem sido tema de discussão relevante no cenário mundial, o que fez emergir a proposta de desenvolvimento sustentável, cujo principal objetivo é encontrar harmonia na relação entre o homem e o meio ambiente. Atualmente, a temática da Gestão Ambiental que engloba a responsabilidade ambiental e os Sistemas de Gestão Ambiental – SGA está inserida no contexto de organizações que buscam posição competitiva e adesão às práticas de gestão ambiental. Desse modo, por meio do desenvolvimento e da implantação de SGA, as empresas conseguem orientar suas atividades administrativas e operacionais para alcançar objetivos definidos quanto ao aspecto ambiental. O setor financeiro tem sido incentivado a incluir a temática ambiental em seu planejamento estratégico diante do despertar da consciência ecológica dos consumidores, da pressão de grupos ativistas, da busca por eficiência operacional e do recrudescimento das legislações ambientais. Baseado nisso, o presente estudo tem por objetivo avaliar como as ações do Sistema de Gestão Ambiental do Banco do Brasil são realizadas na agência de Gravatá/PE. Trata-se de um estudo de caso de caráter exploratório-descritivo com abordagem qualitativa. A coleta de dados desenvolveu-se a partir de entrevista semiestruturada elaborada com base nas premissas do SGA no Banco do Brasil e para complementação das informações foram coletados dados secundários internos. Para a análise dos dados utilizou-se a análise documental associada à análise de conteúdo. Fundamentado nesse pressuposto, verificou-se que a agência do Banco do Brasil analisada envolve seus funcionários nas estratégias sustentáveis que materializam o SGA da instituição. Os dados analisados identificaram a importância atribuída à sustentabilidade através da conformidade das práticas adotadas com as premissas do referido SGA, porém ainda faltando a implantação do Programa Coleta Seletiva. Além disso, é possível afirmar que as ações voltadas para a prática do SGA contribuem positivamente para o desempenho ambiental da empresa como um todo.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Gestão Ambiental; Sistema de Gestão Ambiental; Responsabilidade ambiental; Banco do Brasil.

ABSTRACT

The environmental crisis has been relevant topic of discussion on the world stage, which made emerge the proposed sustainable development, whose main objective is to find harmony in the relationship between man and the environment. Currently, the issue of environmental management which includes environmental responsibility and Environmental Management Systems - EMS fits into the context of organizations seeking competitive position and adherence to environmental management practices. Thus, through the development and deployment of EMS, companies can guide their administrative and operational activities to achieve defined goals as the environmental aspect. The financial sector has been encouraged to include environmental issues in their strategic planning before the awakening of environmental consciousness of consumers, pressure from activist groups, the search for operational efficiency and intensification of environmental legislation. Based on this, the present study aims to assess how the actions of the Environmental Management System of the Banco do Brasil are held in Gravatá - PE agency. This is an exploratory-descriptive case study with a qualitative approach. This is an exploratory-descriptive case study with a qualitative approach. Data collection was developed from semi-structured interview developed based on assumptions of EMS in the Bank of Brazil and for expansion of the data were collected internal secondary data. Data analysis used the analysis of documents related to content analysis. Based on this assumption, it was found that the Bank of Brazil agency analyzed involves its employees in sustainable strategies that materialize the SGA institution. The analyzed data have identified the importance attached to sustainability through compliance of practices with the premises of said EMS, but still missing the implementation of Selective Collection Program. In addition, it is clear the actions Aimed at the driving range of EMS Contribute positively to the environmental performance of the the company a whole.

Keywords: Sustainable Development; Environmental management; Environmental management system; Environmental responsibility; Banco do Brasil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Equilíbrio dinâmico da sustentabilidade	24
Figura 2: Públicos de relacionamento do BB	35
Figura 3: Fachada da agência do BB em Gravatá/PE.....	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais acontecimentos relacionados com o desenvolvimento sustentável	20
Quadro 2: Vantagens do SGA	32
Quadro 3: Linha do tempo referente às ações de sustentabilidade praticadas pelo BB	33
Quadro 4: Premissas do SGA do BB.....	37
Quadro 5: Legenda de entrevistados no Banco do Brasil, agência de Gravatá/PE	40
Quadro 6: Premissas, descrições e ações do SGA do BB	41
Quadro 7: Identidade Organizacional do Banco do Brasil	44
Quadro 8: Composição do Índice Pegada Ecológica	49

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BB	Banco do Brasil
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CEBDS	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DIPES	Diretoria de Gestão de Pessoas
EMS	Environmental Management Systems
DJSI	Dow Jones Sustainability Index
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
GEPES	Gerência de Pessoas
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISO	International Standard Organization
IUCN	União Internacional para Conservação da Natureza
ONU	Organização das Nações Unidas
PLR	Participação nos Lucros e Resultados
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente
PRSA	Política de Responsabilidade Socioambiental
RSA	Responsabilidade Socioambiental
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SRI	Sustainability Research Institute
TBL	Triple Botton Line
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIBB	Universidade Corporativa do Banco do Brasil
UNS	Unidade Negócios Sociais e Desenvolvimento Sustentável
WWF	World Wildlife Fund

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 Objetivos.....	16
1.1.1 Objetivo Geral	16
1.1.2 Objetivos Específicos	16
1.2 Justificativas	16
2. REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 Desenvolvimento Sustentável.....	18
2.2 Gestão Ambiental e as Organizações	24
2.2.1 Gestão Ambiental e as Instituições Financeiras	27
2.3 Sistema de Gestão Ambiental (SGA).....	29
2.3.1 Sistema de Gestão Ambiental do Banco do Brasil	32
3. METODOLOGIA.....	38
3.1 Classificação da Pesquisa	38
3.2 Abordagem da Pesquisa	38
3.3 Tipo de Pesquisa	39
3.4 Instrumento de Coleta de Dados	39
3.5 Análise dos Dados	41
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	43
4.1 Caracterização do Lócus de Pesquisa.....	43
4.2 Sistema de Gestão Ambiental do Banco do Brasil	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
5.1 Considerações finais.....	51
5.2 Recomendações	53
6. REFERÊNCIAS	54
APÊNDICE	59
ANEXO.....	60

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

As questões ambientais vêm sendo amplamente discutidas nos últimos anos com a intenção de encontrar harmonia na relação entre o homem e o meio ambiente, fator essencial para a sobrevivência da espécie humana e do planeta, haja vista os impactos causados no meio natural na maioria das vezes pela ação humana. O impacto das atividades humanas sobre o meio ambiente não é um fenômeno recente, segundo Dias (2011, p.13), “durante os últimos 200 anos é que se agravou o problema ambiental na Terra, com a intensificação da industrialização e o conseqüente aumento da capacidade de intervenção do homem na natureza”.

Para Seiffert (2009), a preocupação com o meio ambiente surgiu devido a algumas causas, quais sejam:

A preocupação com o esgotamento dos recursos naturais surgiu com a percepção, após a Revolução Industrial, de que a capacidade do ser humano de alterar o meio ambiente aumentou significativamente, levando a conseqüências positivas e negativas e evidenciando uma interdependência entre a economia e o meio ambiente. A constatação da existência de limites ambientais ao crescimento econômico vem levando a uma preocupação crescente com a elaboração de políticas que permitam a conciliação da atividade econômica com a proteção ambiental, ainda que em um primeiro momento pareça inviável conciliar essa dualidade (SEIFFERT, 2009, p.17).

Na análise de Neto, Campos e Shigunov (2009), após investigar o modo de produção feudal, o modo de produção capitalista e a Revolução Industrial, pode-se perceber que nesses momentos históricos não havia nenhuma preocupação com a preservação e nem com a conservação do meio ambiente, a única preocupação dos capitalistas era com o aumento do lucro. Sendo assim, esse modelo de desenvolvimento, compreendido como sinônimo de crescimento econômico ilimitado resultou em um processo de degradação do ambiente.

Como lembra Dias (2011), na segunda metade do século XX, com a intensificação do processo de crescimento econômico mundial, os problemas ambientais se agravaram e começaram a aparecer com maior visibilidade para diversos setores da população. Seiffert (2009) atenta para o fato de que, em decorrência disso, vem ocorrendo há algum tempo uma busca incessante por soluções, havendo uma pressão por parte da comunidade internacional, através de conferências e tratados, para estimular os governantes a adotarem e estimularem a adoção de medidas efetivas na defesa do meio ambiente.

Sachs (2008a) evidencia que a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, de 1972, ocorrida em Estocolmo, introduziu a temática do meio ambiente na agenda

internacional, promovendo, pela primeira vez, a discussão da relação entre o desenvolvimento e o meio ambiente, e foi seguida de uma série de encontros e relatórios internacionais que culminaram com a Cúpula da Terra no Rio de Janeiro em 1992.

No início da década de 1980, com a indicação da primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, para chefiar a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Organização das Nações Unidas – ONU passou a demonstrar maior preocupação com os impactos do desenvolvimento econômico no meio ambiente. Com isso, em 1987, a referida Comissão elaborou o estudo chamado Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Brundtland, que propôs o comprometimento com o desenvolvimento sustentável (AMARAL, 2005).

Desse modo, vários eventos têm sido realizados para debater a grave crise social e ambiental presente no mundo. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também denominada de Cúpula da Terra, realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro, foi um importante fórum que apresentou críticas ao modelo atual de desenvolvimento que aumenta a pobreza, concentra riqueza e esgota os recursos naturais, propondo um novo modelo que não representasse uma ameaça às gerações futuras, ou seja, que fosse sustentável social e ambientalmente. Um dos resultados desse encontro foi a indicação de um plano global de ação para reconciliar o desenvolvimento com as preocupações ambientais – a Agenda 21. Ela discutia a proposta do que é o desenvolvimento sustentável, o processo através do qual ele possa ser alcançado e quais as ferramentas de gerenciamento necessárias para alcançá-lo (BRASIL, 2000). Na opinião de Seiffert (2009), outro importante resultado da referida Conferência foram as normas da série ISO 14000, que junto a Agenda 21 constituíram-se em importantes instrumentos para a gestão ambiental.

Dessa forma, o avanço maior foi o reconhecimento do desenvolvimento sustentável como uma possível e aceitável solução para os problemas ambientais e sociais enfrentados pelo mundo (CAMARGO, 2004). Desde então a preocupação com o meio ambiente tem recebido atenção nas discussões sobre o futuro econômico, social e ambiental da sociedade. No caso das organizações, evidencia-se que estas devem procurar aprimorar a gestão de seus impactos diante da redução dos estoques de recursos naturais e com as reações cada vez mais fortes da sociedade contra a degradação do meio ambiente.

Atualmente, a temática da Gestão Ambiental que engloba a Responsabilidade ambiental e os Sistemas de Gestão Ambiental – SGA está inserida no contexto de boa parte das organizações, principalmente daquelas que buscam posição competitiva e adesão às práticas de sustentabilidade diante de um mercado cada vez mais dinâmico e exigente.

Dias (2011) define a Gestão Ambiental como a gestão cujo objetivo é conseguir que os efeitos ambientais não ultrapassem a capacidade de carga do meio onde se encontra a organização, ou seja, obter-se um desenvolvimento sustentável.

De acordo com Ashley (2002), a Responsabilidade Socioambiental é entendida como o comprometimento de todos os agentes sociais (governos, empresas privadas, sociedade civil e terceiro setor) com respeito a todos aqueles que com eles interagem (fornecedores, comunidade, clientes etc.). Sendo assim, as empresas procuram adotar esse comprometimento investindo na gestão ambiental, abrangendo as relações compreendidas na atividade empresarial, com os empregados, os fornecedores, os consumidores, a comunidade, a sociedade e o meio ambiente, tornando-se preponderante a necessidade de se buscar o desenvolvimento sustentável.

As organizações apresentam papel importante neste processo a partir da utilização dos SGA, pois certamente estão compreendendo a importância desse tema para elaboração de sua estratégia de futuro. Seiffert (2009) entende que o processo de identificação de aspectos e a avaliação de impactos ambientais são a essência da elaboração de um SGA e estão interligados ao estabelecimento de objetivos e metas e à implantação dos programas de gestão ambiental.

Sendo assim, este novo contexto apresenta como desafio para as empresas a procura por um reposicionamento que contemple a questão do desenvolvimento sustentável. Observa-se, conforme Barbieri (2009), que não se pode pensar em desenvolvimento sustentável com as mesmas formas de avaliação que acompanharam as experiências de desenvolvimento do passado.

A apresentação da temática da Gestão Ambiental, no âmbito do Banco do Brasil S/A – BB, em particular na agência de Gravatá/PE, é o foco deste trabalho, objetivando o conhecimento e a compreensão do desenvolvimento do SGA na organização. Para esta empresa, a responsabilidade socioambiental tem a proposta de conciliação entre os interesses dos seus acionistas com o desenvolvimento de negócios social e ecologicamente sustentáveis, mediante o estabelecimento de relações eticamente responsáveis com seus diversos públicos de interesse, interna e externamente (BANCO DO BRASIL, 2015a).

O setor financeiro não possui forte impacto socioambiental direto, mas sim um alto impacto indireto, que ocorre basicamente por meio de financiamentos concedidos a seus clientes e no relacionamento com fornecedores (LINS; WAJNBERG, 2007). Tal fato evidencia a importância da adoção de SGA, que induz mudanças nas partes com as quais se relaciona. Principalmente com o quadro funcional que pode tornar-se um agente multiplicador

das práticas que materializam o desenvolvimento sustentável, contribuindo para a mudança de postura de grande parte da sociedade, visto que o referido setor tem uma considerável presença no mercado.

Diante desse contexto, esta pesquisa busca responder o seguinte questionamento: Como as ações do Sistema de Gestão Ambiental do Banco do Brasil são realizadas na agência de Gravatá/PE?

1.1 Objetivos

Esta seção expõe mais especificamente o que objetiva-se atingir através deste estudo.

1.1.1 Objetivo Geral

Objetiva-se neste estudo avaliar como as ações do Sistema de Gestão Ambiental do Banco do Brasil são realizadas na agência de Gravatá/PE.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Conhecer e descrever as características do SGA do Banco do Brasil, com base em suas premissas, em especial na agência de Gravatá/PE;
- Entender como o Banco do Brasil aplica os conceitos de SGA em suas atividades.

1.2 Justificativas

Como fundamento para o estudo, tem-se a crescente preocupação com impactos ambientais que exige das organizações uma melhoria contínua do desempenho socioambiental das atividades, produtos e serviços, proporcionando a redução progressiva do consumo de insumos, dos custos operacionais, do impacto ao meio ambiente e do risco legal.

A importância da pesquisa consiste em demonstrar a função estratégica do SGA, uma vez que o compromisso socioambiental das empresas tem se constituído, nos últimos anos, em um fator preponderante na agenda empresarial. Isso porque além dos efeitos visíveis de desequilíbrios provocados pelo homem na natureza, a sociedade contemporânea tem maior acesso à informação e ao conhecimento por diversos meios.

Nesta perspectiva, a organização que deseja a sua sustentabilidade e competitividade em longo prazo, necessita de competência e compromisso para a adoção de práticas ambientalmente corretas, devendo pensar e tratar a questão da responsabilidade socioambiental em cada uma de suas tarefas produtivas, operacionais e administrativas.

Assim, a pesquisa enriquece a abordagem do tema no cenário das instituições financeiras e do Banco do Brasil pelo fato de o setor financeiro vir sendo incentivado a incluir a temática ambiental em seu planejamento estratégico diante do despertar da consciência ecológica dos consumidores, da pressão de grupos ativistas, da busca por eficiência operacional e do recrudescimento das legislações ambientais.

A relevância deste trabalho à organização estudada é percebida ao tratar da afirmação do papel da instituição como disseminadora de conceitos e valores relacionados à gestão ambiental, podendo o resultado ser utilizado para ampliar a discussão da temática socioambiental entre os funcionários, incentivando a aproximação destes com essa questão. Além do fato de contribuir para a adequação ao disposto na Resolução 4.327 do Banco Central, de 25 de abril de 2014, que determina que as instituições financeiras devam estabelecer e implementar sua própria Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA).

Desse modo, deve-se partir de uma perspectiva que envolva a mudança da cultura organizacional da empresa, introduzindo o componente ambiental entre as preocupações do quadro de pessoal interno. Pois não há condições de atuação responsável de uma organização na sociedade mais geral, se internamente os seus quadros não estão convencidos da importância da adoção de ações ambientalmente responsáveis (DIAS, 2011).

Portanto, a análise efetuada justifica-se por sua importância teórica e empírica que visa ampliar a discussão da temática socioambiental, visto que a relevância do tema é percebida ao se observar a dinâmica da sociedade atual na busca por soluções sustentáveis para os desequilíbrios ambientais.

A seguir é apresentado o capítulo 2, o qual faz referência ao aporte teórico que embasa a realização deste estudo.

CAPÍTULO 2 – REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, são expostas as abordagens teóricas que norteiam este estudo. Inicialmente o referencial teórico traz um fundamento teórico sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Gestão Ambiental nas organizações, abordando também a Gestão Ambiental nas Instituições Financeiras. Na sequência, é discutido o Sistema de Gestão Ambiental, onde também é tratado o Sistema de Gestão Ambiental do Banco do Brasil.

2.1 Desenvolvimento Sustentável

A busca pelo enfrentamento da crise do meio ambiente tem estimulado a atenção da sociedade contemporânea em todo o mundo. Para Seiffert (2005) a ascendente crise ambiental fez com que as organizações, nas últimas três décadas, passassem, gradualmente, a considerar os efeitos da ação do homem no meio ambiente, sendo estabelecidos conceitos, princípios e práticas com o propósito de adequar as organizações às práticas ambientalmente corretas, tais como a gestão ambiental e a sustentabilidade em suas estratégias. A degradação ambiental se acelerou com a expansão dos níveis mundiais de produção e consumo, intensificados com a consolidação da Revolução Industrial.

De acordo com Brown (2000), o crescimento econômico na Revolução Industrial trouxe vários problemas ambientais e efeitos negativos ao ambiente. Sachs (2008b, p.41) evidencia que “a economia capitalista é louvada por sua inigualável eficiência na produção de bens, porém ela também se sobressai por sua capacidade de produzir males sociais e ambientais”. Dias (2011), lembra que não havia oposição à exploração industrial do meio ambiente durante todo o século XIX e a maior parte do século XX.

Sachs (2007) entende que é necessário definir estratégias alternativas de uso dos recursos, tendo como um de seus pilares o princípio do crescimento de forma sustentada em solidariedade às gerações futuras, sob a postulação da utilização prudente de recursos, eliminando-se o desperdício, promovendo-se a reciclagem, e sempre que possível utilizando recursos renováveis.

Almeida *et al.* (2004) afirmam que é preciso considerar que as modificações naturais agora ocorrem com frequência devido ao intenso impacto das atuais tecnologias. Isso comprova a noção de que a organização como elemento desse contexto não está isenta dos

reflexos dessas mudanças que estão acontecendo no seu entorno, bem como de ser transformada por elas.

Desse modo a questão ambiental vem assumindo um lugar de destaque nas discussões sobre o futuro econômico, social e ambiental da sociedade. Sendo necessária a adoção de práticas sustentáveis sistêmicas por parte das organizações diante da possibilidade de geração de impactos em seu meio, levando em consideração o atendimento das necessidades das futuras gerações e a perenidade dos negócios.

Andrade, Tachizawa e Carvalho (2000) observaram que a internacionalização do movimento ambientalista ocorreu definitivamente no século XX com a Conferência Científica da ONU sobre a Conservação e Utilização de Recursos, em 1949, e com a Conferência sobre Biosfera, realizada em Paris, em 1968. Porém, os grandes marcos do despertar de uma consciência ecológica mundial foram: a publicação do Relatório Limites do Crescimento, elaborado pelo Clube de Roma, e a Conferência de Estocolmo, em 1972, que teve por objetivo conscientizar os países sobre a importância da conservação ambiental como fator fundamental para a manutenção da espécie humana.

Para a Diretoria de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil (2010), a Conferência de Estocolmo foi o evento que colocou o meio ambiente no foco das preocupações internacionais. A Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano e seus princípios constituíram o primeiro conjunto de leis internacionais apenas intencionais, sem aplicação obrigatória para questões ambientais internacionais.

Segundo Dias (2011), o Relatório Limites do Crescimento publicado pelo Clube de Roma, conseguiu assegurar a ocorrência de uma série de debates que culminaram na elaboração de novas propostas de desenvolvimento, que englobavam os limites impostos pela expectativa de esgotamento dos recursos naturais. E, ainda, a Conferência de Estocolmo juntamente com o referido relatório do Clube de Roma, incentivaram as preocupações normativo-institucionais tanto no âmbito da ONU quanto no dos Estados através da criação de Ministérios, Agências e outras organizações governamentais encarregadas do meio ambiente e multiplicação da legislação ambiental.

Além dos eventos mencionados, o Quadro 1 abaixo faz referência a vários acontecimentos relacionados ao desenvolvimento sustentável:

Quadro 1 – Principais acontecimentos relacionados com o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Dias (2011, p. 40-42)

ANO	ACONTECIMENTO	DESCRIÇÃO
1962	Publicação do livro Primavera Silenciosa (Silent Spring)	Livro publicado por Rachel Carson que teve grande repercussão na opinião pública e expunha os perigos do inseticida DDT.
1968	Criação do Clube de Roma	Organização informal cujo objetivo era promover o entendimento dos componentes variados, mas interdependentes – econômicos, políticos, naturais e sociais – , que formam o sistema global.
1968	Conferência da Unesco sobre a conservação e o uso racional dos recursos da biosfera	Nessa reunião, em Paris, foram lançadas as bases para a criação do Programa: Homem e a Biosfera (MAB).
1971	Criação do Programa MAB da UNESCO	Programa de pesquisa no campo das Ciências Naturais e Sociais para a conservação da biodiversidade e para a melhoria das relações entre o homem e o meio ambiente.
1972	Publicação do livro Os limites do crescimento	Informe apresentado pelo Clube de Roma no qual previa que as tendências que imperavam até então conduziriam a uma escassez catastrófica dos recursos naturais e a níveis perigosos de contaminação num prazo de 100 anos.
1972	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, Suécia	A primeira manifestação dos governos de todo o mundo com as conseqüências da economia sobre o meio ambiente. Participaram 113 Estados-membros da ONU. Um dos resultados do evento foi a criação do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA).
1980	I Estratégia Mundial para a Conservação	A IUCN, com a colaboração do PNUMA e do World Wildlife Fund (WWF), adota um plano de longo prazo para conservar os recursos biológicos do planeta. No documento aparece pela primeira vez o conceito de “desenvolvimento sustentável”.
1983	É formada pela ONU a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD)	Presidida pela Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, tinha como objetivo examinar as relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento e apresentar propostas viáveis.
1987	É publicado o informe Brundtland, da CMMAD, o “Nosso Futuro Comum”	Um dos mais importantes sobre a questão ambiental e o desenvolvimento. Vincula estreitamente economia e ecologia e estabelece o eixo em torno do qual se deve discutir o desenvolvimento, formalizando o conceito de desenvolvimento sustentável.

1991	II Estratégia Mundial para a Conservação: “Cuidando da Terra”	Documento conjunto do IUCN, PNUMA e WWF, mais abrangente que o formulado anteriormente; baseado no Informe Brundtland preconiza o reforço dos níveis políticos e sociais para a construção de uma sociedade mais sustentável.
1992	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Cúpula da Terra	Realizada no Rio de Janeiro, constitui-se no mais importante foro mundial já realizado. Abordou novas perspectivas globais e de integração da questão ambiental planetária e definiu mais concretamente o modelo de desenvolvimento sustentável. Participaram 170 Estados, que aprovaram a Declaração do Rio e mais quatro documentos, entre os quais a Agenda 21.
1997	Rio+5	Realizado em New York, teve como objetivo analisar a implementação do Programa da Agenda 21.
2000	I Foro Mundial de âmbito Ministerial – Malmo (Suécia)	Teve como resultado a aprovação Declaração de Malmo, que examina as novas questões ambientais para o século XXI e adota compromissos no sentido de contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento sustentável.
2002	Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio+10	Realizada em Johannesburgo, nos meses de agosto a setembro, procurou examinar se foram alcançadas as metas estabelecidas pela Conferência do Rio-92 e serviu para que os Estados reiterassem seu compromisso com os princípios do Desenvolvimento Sustentável.
2005	Protocolo de Kyoto	O Protocolo de Kyoto entra em vigor, impondo que países desenvolvidos reduzam os gases que provocam o efeito estufa e estabelecendo o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo para os países em desenvolvimento.
2007	Relatório do Painel das Mudanças Climáticas	O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) divulga seu mais bombástico relatório, apontando as consequências do aquecimento global até 2100, caso os seres humanos nada façam para impedi-lo.
2010	ISO 26000 – Responsabilidade Social	No dia 1º de novembro, a International Standard Organization (ISO) divulga a norma ISO26000 para a responsabilidade social e que terá grande impacto nas organizações, tornando-as mais sensíveis ao engajamento em projetos visando o desenvolvimento sustentável.

Complementando a relação de acontecimentos relacionados ao desenvolvimento sustentável, ainda ocorreram: a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento

Sustentável, a Rio+20, em junho de 2012, com o objetivo de renovar o compromisso com o desenvolvimento sustentável em meio a urgências ambientais, sociais, econômicas e políticas que prejudicam a definição de metas para evitar a degradação do meio ambiente (BRASIL/SENADO FEDERAL, 2015). E, em setembro deste ano, ocorreu a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, tendo por resultado o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, que se constitui em um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, englobando uma Declaração, 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as 169 metas, uma seção sobre meios de implementação e de parcerias globais, e um arcabouço para acompanhamento e revisão (ONU/PNUD, 2015).

Conforme mencionado no Quadro 1 acima, o conceito de desenvolvimento sustentável foi formalizado em 1987, publicado no Relatório “Nosso Futuro Comum” da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, apresentando preocupações que já se instalavam na sociedade. Também conhecida como Comissão Brundtland, por ser presidida por Gro Harlem Brundtland, mestre em saúde pública e ex-Primeira Ministra da Noruega. Sendo assim, o conceito de desenvolvimento sustentável foi levado ao discurso público: “o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (ONU, 2015). As orientações da Comissão Brundtland além de serem aceitas pelas entidades da ONU, como também por diversas organizações nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais, também foram incorporadas na Agenda 21, aprovada durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) no Rio de Janeiro em 1992 (BARBIERI, 2009).

Para o Banco do Brasil (2015c) a Agenda 21 foi o documento mais abrangente que resultou da Cúpula da Terra e firmou compromisso entre as nações participantes. Revelando-se, tanto para o poder público como para a sociedade civil e os setores econômicos, como grande guia para a promoção de ações que estimulem a integração entre o crescimento econômico, a justiça social e a proteção ao meio ambiente. Sua principal estratégia é propor soluções e alternativas em favor do desenvolvimento sustentável e deve ser compreendida como instrumento que associa participação e transformação social.

De acordo com Seiffert (2009) outro importante resultado dessa conferência, além da Agenda 21, foram as normas da série ISO 14000 e afirma que:

Enquanto a Agenda 21 permite uma atuação em nível macro, através do estabelecimento de diretrizes gerais, para processos de gestão em nível federal, estadual e municipal, as normas da série ISO 14000 apresentam uma importante

função dentro de um contexto micro, em nível organizacional. A importância das normas da série ISO 14000, e particularmente da ISO 14001, reside no fato de estabelecerem uma base comum para a gestão ambiental eficaz no mundo inteiro, sendo aplicável a organizações com os mais variados perfis (SEIFFERT, 2009, p.16).

O desenvolvimento sustentável caracteriza-se, portanto, não como um estado fixo de harmonia, mas sim como um processo de mudanças, no qual se compatibiliza a exploração de recursos, o gerenciamento de investimento tecnológico e as mudanças institucionais com o presente e o futuro (CANEPA, 2007).

De acordo com Ehlers (1996), o conceito sustentável, que pode ser aplicado para desenvolvimento, aceita uma vasta gama de definições que se ajustam a diferentes interesses e filosofias, não apresentando um consenso. Já para Cavalcanti (2003), a sustentabilidade significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema.

Sachs (2008a), por sua vez, afirma que o desenvolvimento sustentável se constitui em um duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras, exigindo a definição de critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica.

Ainda discutindo o desenvolvimento sustentável, Barbieri (2009, p.37) considera que:

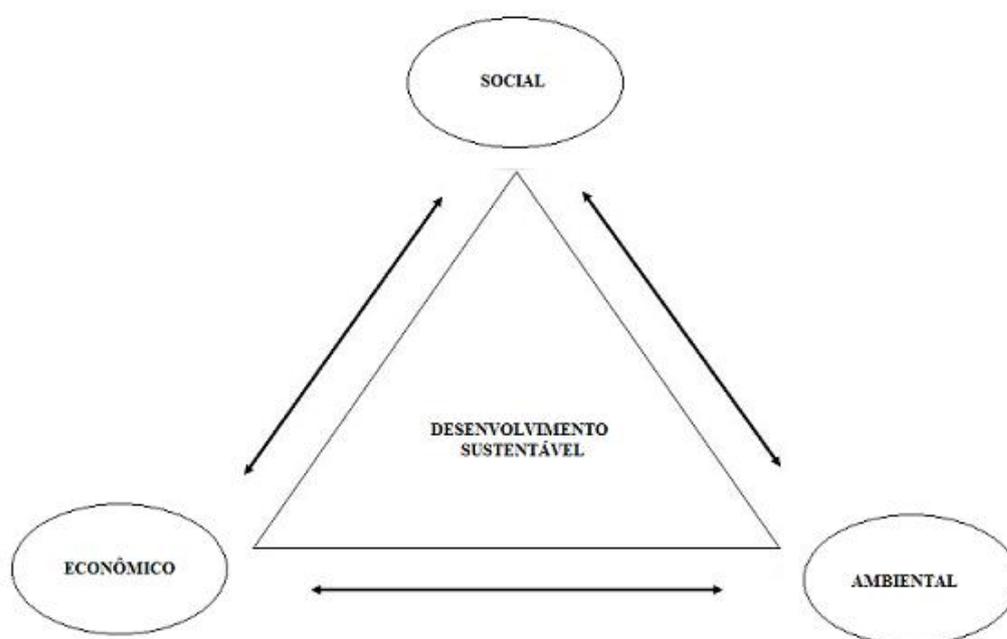
O conceito de desenvolvimento sustentável sugere um legado permanente de uma geração a outra, para que todas possam prover suas necessidades, a sustentabilidade, ou seja, a qualidade daquilo que é sustentável, passa a incorporar o significado de manutenção e conservação ab aeterno dos recursos naturais. Isso exige avanços científicos e tecnológicos que ampliem permanentemente a capacidade de utilizar, recuperar e conservar esses recursos, bem como novos conceitos de necessidades humanas para aliviar as pressões da sociedade sobre eles.

Neste contexto, a sustentabilidade do desenvolvimento implica uma mudança nas relações econômicas, político-sociais, culturais e ecológicas. A natureza deixa de ser vista como fornecedora de recursos a serem explorados infinitamente pelo homem e passa a ser vista como parte integrante de um sistema que precisa ser preservado para que a vida continue na Terra.

Sabendo-se da contribuição do setor empresarial para o alcance do desenvolvimento sustentável, faz-se necessária a adoção de iniciativas sustentáveis e inovadoras, através da gestão ambiental, para permitir aos modelos de negócios o atendimento das necessidades da geração atual, sem causar impactos que afetem as demandas de gerações futuras, conforme o conceito de desenvolvimento sustentável.

Desse modo, incluir ações que proporcionem o desenvolvimento sustentável é uma iniciativa cada vez mais estratégica. Isso porque a análise dos aspectos ambientais, sociais e econômicos pode ser sinônimo de redução de custos, melhoria da imagem institucional, promoção do crescimento, aumento da vantagem competitiva e atendimento às legislações vigentes. Uma organização sustentável é aquela que gera, simultaneamente, benefícios econômicos, sociais e ambientais, que se constituem nas três dimensões do desenvolvimento sustentável nas organizações, representadas na Figura 1 (DIAS, 2011).

Figura 1- Equilíbrio dinâmico da sustentabilidade.
Fonte: Dias (2011, p. 46)



Observando a Figura 1, tem-se que o desenvolvimento sustentável é influenciado pelo conjunto das três dimensões da sustentabilidade. Salienta-se que neste trabalho o foco é na dimensão ambiental. A seção a seguir detalha a gestão ambiental e seus principais aspectos no âmbito das organizações.

2.2 Gestão Ambiental e as Organizações

A perspectiva contemporânea das organizações em relação ao meio ambiente insere-se no processo de mudanças que vem ocorrendo na sociedade nas últimas décadas e a

implantação de processos de Gestão Ambiental tem se mostrado uma importante ferramenta para consecução da sustentabilidade do desenvolvimento.

Como lembra Seiffert (2010), nos últimos anos, o conceito de gestão ambiental tem evoluído na direção de uma perspectiva de gestão compartilhada entre os diferentes agentes envolvidos. Em outras palavras, a gestão ambiental vem abrangendo além da gestão pública do meio ambiente, os programas de ação praticados por empresas e instituições privadas não governamentais, de modo a administrar sua atividade dentro dos atuais princípios de preservação do meio ambiente.

Assim, a gestão ambiental no âmbito das organizações é definida por Barbieri (2007) como sendo as diretrizes e as atividades administrativas e operacionais, tais como planejamento, direção, controle, alocação de recursos e outras atividades realizadas com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, quer reduzindo ou eliminando os danos ou problemas causados pelas ações humanas. Sendo assim, a gestão ambiental tem por objetivo a organização das atividades humanas para que estas produzam o menor impacto possível sobre o meio.

O autor ainda destaca que uma proposta de gestão ambiental inclui algumas dimensões, a saber: 1) a dimensão espacial, referente à área de eficácia das ações de gestão; 2) a dimensão temática, que delimita as questões ambientais às quais as ações se destinam; 3) a dimensão institucional que se refere aos agentes que tomam as iniciativas de gestão; 4) e pode-se acrescentar uma quarta dimensão, a filosófica, que se refere à visão de mundo e à relação entre o ser humano e a natureza.

A gestão ambiental é considerada por Tinoco e Kraemer (2004), como sendo todas as ações praticadas pela organização no sentido de reduzir ou eliminar os efeitos negativos causados no ambiente por suas atividades.

Por intermédio da análise de Andrade, Tachizawa e Carvalho (2000) sobre a gestão ambiental, pode-se compreender que se trata de um processo através do qual as organizações definem e ajustam ao longo do tempo, seus objetivos e metas pertinentes à defesa do meio ambiente, à saúde de seus funcionários, bem como de clientes e comunidade, além de adotar estratégias para cumprir estes propósitos num determinado tempo através da análise contínua das influências externas à organização.

A Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama nº 306/2002 define gestão ambiental como a condução, direção e controle do uso dos recursos naturais, dos riscos ambientais e das emissões para o meio ambiente, por intermédio da implementação de um Sistema de Gestão Ambiental. Neste sentido, complementa Donaire (1999), que para

introduzir a gestão ambiental em uma organização, é necessário o estabelecimento de um planejamento com etapas sequenciais e vigor na sua implementação. Devendo ser considerados aspectos econômicos, a tecnologia utilizada, o processo produtivo, a organização, a cultura da empresa e seus recursos humanos.

Para Albuquerque (2009, p. 66) “a administração das questões ambientais por parte das organizações pode ser tratada de duas maneiras: no momento em que cada questão pode trazer problemas para a organização ou de forma proativa e integrada, antecipando-se à sua ocorrência”. Desse modo, esta segunda opção pode ser considerada a mais apropriada forma de atuação, diante da evolução do interesse público a respeito da questão ambiental, simultaneamente ao surgimento de legislações ambientais mais exigentes.

Seiffert (2010), neste cenário, atenta para o fato de que a regulamentação ambiental vem se tornando cada vez mais restritiva, tornando evidente uma intensificação da pressão sobre as organizações que não podem mais postergar os investimentos na área ambiental, sob pena de perder a competitividade em um mercado cada vez mais exigente. Sendo assim, Sousa-Filho e Barbieri (2015), argumentam que a empresa deve se valer do aprimoramento ambiental, implementando técnicas, tecnologias ou metodologias que gerem impactos positivos no âmbito dos desempenhos financeiro e socioambiental.

Diante disso, constata-se que a adoção da gestão ambiental encontra muitas razões que a explicam. Assim, ainda que os critérios predominantes para o estabelecimento de atuações gerenciais ambientalmente corretas possam variar de uma organização para outra, é fundamental considerar que os recursos naturais são finitos e estão sendo usados de maneira inadequada, gerando a degradação e a escassez.

Alguns autores citam as razões que levam as empresas a adotar e a praticar a gestão ambiental. Neto, Campos e Shigunov (2009) evidenciam que dentre as razões que levam as empresas a adotar, e praticar, a gestão ambiental destacam-se desde os procedimentos obrigatórios de atendimento da legislação ambiental até a fixação de políticas ambientais que visem à conscientização de todo o pessoal da organização.

Albuquerque (2009), por sua vez, defende que há uma tendência dos negócios para questões ambientais e que cinco fatores influenciam essa mudança de postura, a saber: (1) necessidade de obediência às leis; (2) eficácia em custos; (3) opinião pública; (4) pressão dos movimentos ambientalistas; (5) pensamento a longo prazo.

Conforme discute Dias (2011), nos últimos anos a gestão ambiental tem adquirido uma melhor posição, em termos de competitividade, em virtude dos benefícios que proporciona. Entre as vantagens competitivas desse tipo de gestão, o autor cita que o

desempenho ambiental de uma empresa pode ser melhorado ao se cumprir determinações normativas, aumentando-se a perspectiva de inserção num mercado cada vez mais exigente em termos ecológicos, com a melhoria da imagem junto aos clientes e a comunidade.

Com isso, de acordo com Mello (2010, p.11),

A gestão ambiental oferecerá à empresa oportunidades de adicionar valor e ainda, possivelmente, obter vantagem competitiva por meio da percepção pública, economia de custos ou rendimentos adicionais, enquanto alivia os efeitos de seus produtos e processos produtivos no ambiente.

Percebe-se, diante desta contextualização, que as questões ambientais vêm assumindo gradativamente maior importância junto aos consumidores, que passam a procurar produtos e serviços que englobam a variável ambiental. Em função disso, as empresas precisam procurar um posicionamento favorável junto aos consumidores, em relação aos seus concorrentes, utilizando a gestão ambiental como instrumento para torná-las competitivas, melhorando seus resultados, sua imagem institucional e colaborando com o meio ambiente.

Para uma melhor compreensão da gestão ambiental na empresa objeto deste estudo, segue abaixo um enfoque às instituições financeiras.

2.2.1 Gestão Ambiental e as Instituições Financeiras

O despertar da consciência ecológica dos consumidores, a pressão de grupos ativistas, a busca por eficiência operacional e o recrudescimento das legislações ambientais têm impellido os bancos a incluírem a temática ambiental em suas estratégias de negócio (PAIVA, 2010). Inicialmente, diante do agravamento dos problemas ambientais, as instituições financeiras foram obrigadas a atentarem para eles apenas como forma de evitar a responsabilização legal por danos ambientais produzidos por bens que eram recebidos como garantia de empréstimos. Porém, ao longo dos anos, alguns eventos e iniciativas mudaram a atuação dos bancos com relação às questões ambientais (TOSINI, 2005).

Uma dessas iniciativas, destacadas pela autora, refere-se ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA que elaborou, em 1992, uma iniciativa para as instituições financeiras, proporcionando-se a inclusão da perspectiva ambiental nas operações e serviços do setor financeiro. Além do propósito de promover investimentos do setor privado em tecnologia e serviços para melhoria do meio ambiente (TOSINI, 2005). O documento decorrente desta iniciativa foi a Declaração Internacional dos Bancos para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Nessa Declaração, segundo Jantalia (2007), considera-se que o

desenvolvimento sustentável depende de uma interação positiva entre o desenvolvimento econômico e social, e a salvaguarda do ambiente, a fim de equilibrar a satisfação dos interesses das gerações atuais e futuras.

Outra iniciativa relevante foi o “Protocolo Verde” criado em 1995, pelo governo brasileiro através de seus ministérios e bancos oficiais brasileiros, com a finalidade de incorporar a variável ambiental como critério indispensável no processo de análise para a concessão de crédito oficial e de benefícios fiscais, bem como com o objetivo de criar ferramentas que evitem o uso destes recursos e benefícios em projetos que acarretem prejuízos ao meio ambiente (DIAS, 2011).

Ainda segundo Dias (2011), cinco instituições financeiras, entre elas o Banco do Brasil, aderiram ao “Protocolo Verde” e firmaram um compromisso com o desenvolvimento sustentável divulgando um documento intitulado “Carta de Princípios para o Desenvolvimento Sustentável” (ANEXO). Além dos princípios voltados para a concessão de financiamentos a empresas comprometidas com políticas socioambientais, também há a abordagem da eliminação de desperdícios, eficiência energética e o uso de materiais reciclados que devem ser práticas adotadas em todos os níveis operacionais das instituições financeiras.

Em 2003, foi lançado o conjunto de normas denominadas de “Princípios do Equador”, que configuram um conjunto de princípios que abordam avaliações ambientais; proteção a habitats naturais; gerenciamento de pragas; segurança de barragens; populações indígenas; reassentamento involuntário de populações; propriedade cultural; trabalho infantil, forçado ou escravo; projetos em águas internacionais e saúde e segurança no trabalho. Os bancos signatários devem comprometer-se a não fornecer recursos para clientes que não queiram ou não tenham condições de adequar-se às políticas e procedimentos sociais e ambientais preconizados no documento. O Banco do Brasil, em fevereiro de 2005, foi o primeiro banco oficial em nível mundial a integrar o grupo de instituições financeiras que aderiu a esses Princípios (BANCO DO BRASIL, 2015b). Desse modo, os princípios a serem aplicados no financiamento de projetos, devem atender não só aos critérios econômico-financeiros tradicionais, mas também a parâmetros de viabilidade socioambiental.

Em 2014, o Banco Central introduziu novas exigências para que todos os bancos incorporem fatores socioambientais na essência dos seus sistemas e estabeleceu Resolução 4.327 de 25 de abril de 2014, que contempla as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas por ele a funcionar. Para a

Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN, 2015), essa resolução dá destaque ao tema, integra os negócios, melhora a eficiência e traz proteção aos bancos, porque fortalece a gestão de riscos socioambientais e amplia os mecanismos para sua identificação e mitigação.

Neste contexto, para o SRI – *Sustainability Research Institute* (2005 *apud* Paiva, 2010, p. 302),

A questão do desenvolvimento sustentável é, muitas vezes, mais complexa para as instituições financeiras do que para as corporações em geral. Além de olharem para dentro, avaliando os impactos socioambientais e, em particular, as emissões de gases do efeito estufa devidos às suas próprias operações (denominados riscos diretos), as instituições financeiras precisam, adicionalmente, olhar para fora, para seus clientes e suas respectivas operações e, em especial, para os projetos aos quais encontram os maiores riscos socioambientais da atuação das instituições financeiras.

Assim, os riscos socioambientais tornaram-se cada vez mais determinantes para o negócio, tendo em vista que a gestão inadequada pode causar riscos à imagem, além de perdas financeiras irreparáveis. De acordo com Tosini (2005), o risco ambiental pode ser definido como uma medida de potenciais danos que uma atividade econômica pode causar ao meio ambiente. O risco ambiental passou a ser risco financeiro com a adoção do Princípio do Poluidor Pagador pelos sistemas jurídicos nacionais e pela sociedade civil da maioria dos países. Por este princípio, as externalidades relacionadas ao meio ambiente são internalizadas aos custos produtivos de todos os setores da economia. O setor financeiro como um dos mais importantes agentes do desenvolvimento econômico, não pode ficar à margem dos problemas ambientais.

Portanto, a forma como as organizações alocam recursos para a manutenção e o desenvolvimento de seus sistemas de gestão e controle da variável ambiental, é de extrema importância. Ficando evidente a necessidade de adesão de um sistema de gestão ambiental, o qual será abordado na seção a seguir.

2.3 Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

A crescente preocupação das organizações com o cumprimento da regulamentação ambiental, como também a pressão dos consumidores, particularmente em países desenvolvidos, pela cobrança de clientes por um desempenho ambiental mais aprimorado, vem ocasionando a implantação e certificação de SGA nas organizações. No caso do Brasil, este fato também pode ser considerado um principal indutor (SEIFFERT, 2010).

Nos programas de gestão ambiental há a determinação das atividades a serem desenvolvidas, bem como dos responsáveis pela sua execução. Devendo apresentar

dinamismo e flexibilidade suficientes para possíveis adaptações que venham a ocorrer e geralmente, tais programas também devem envolver a dimensão ambiental mais importante e sempre buscar o aperfeiçoamento, ampliando seu propósito de atuação ao longo do tempo (DONAIRE, 1999).

Naime (2005) entende que o uso de ferramentas denominadas Sistema de Gestão Ambiental é muito importante para se atingir excelência em gestão ambiental, podendo inclusive proporcionar vantagens competitivas facilmente percebidas pelo mercado e pela concorrência. Para isso, essas ferramentas precisam ser adequadas, bem implementadas, dinâmicas e em constante modernização e aprimoramento.

Barbieri (2004) define o SGA como:

Um conjunto de atividades administrativas e operacionais inter-relacionadas para abordar os problemas ambientais atuais ou para evitar o seu surgimento. A realização de ações ambientais pontuais, episódicas ou isoladas não configura um sistema de gestão ambiental propriamente dito, mesmo quando elas exigem recursos vultosos, por exemplo, a instalação e manutenção de equipamentos para controlar emissões hídricas e atmosféricas. Um sistema de gestão ambiental (SGA) requer formulação de diretrizes, definição de objetivos, coordenação de atividades e avaliação de resultados. Também é necessário o envolvimento de diferentes segmentos da empresa para tratar das questões ambientais de modo integrado com as demais atividades corporativas. Um dos benefícios da criação de um SGA é a possibilidade de obter melhores resultados com menos recursos em decorrência de ações planejadas e coordenadas (BARBIERI, 2004, p.137).

É o mesmo entendimento de Dias (2011), que considera que para a instituição de uma política ambiental em uma organização é necessária a adoção de um conjunto de responsabilidades, procedimentos, processos e meios que constituem o SGA da organização. Desse modo um SGA é a sistematização da gestão ambiental e o método aplicado para a empresa permanecer em conformidade com as normas estabelecidas, bem como para alcançar os objetivos definidos em sua política ambiental. O autor ainda destaca a necessidade de uma mudança cultural, em que as pessoas passem a se envolver mais com a nova perspectiva e afirma que a implantação da norma ISO 14000 é que contribui para a operacionalização do SGA no âmbito das organizações.

Desta forma, as normas da série ISO 14000 foram criadas pela Organização Internacional de Normalização para tratar de questões ambientais de forma global, voltadas, especificamente, à qualidade ambiental em produtos e serviços, com o objetivo de representar o consenso dos diferentes países para homogeneizar métodos, medidas, materiais e seu uso (MOREIRA, 2001).

De acordo com Donaire (1999), existem várias propostas para o estabelecimento de um programa de gestão ambiental, mas a partir de 1996 a maneira mais apropriada de estabelecer um programa de gestão ambiental para a empresa é obedecer às normas ISO 14001 e 14004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT que especificam diretrizes para o SGA.

Barbieri (2007) complementa, informando que as normas relativas aos sistemas de gestão ambiental produzida pela ISO foram traduzidas pela ABNT. São elas: a NBR ISO 14.001 que contém os requisitos que podem ser objetivamente auditados para fins de certificação, registro ou autodeclaração e a NBR ISO 14.004 que fornece diretrizes, recomendações e exemplos para a empresa criar e aperfeiçoar o seu sistema de gestão ambiental. Neste sentido, o autor classifica a norma como sendo um acordo voluntário, privado, de iniciativa unilateral coletiva promovida por entidades independentes.

Nesta perspectiva, as normas da série ISO 14000 buscam desenvolver um comportamento organizacional que leve a uma gestão ambiental efetiva. Essas normas surgiram como um dos resultados da discussão em torno dos problemas ambientais e de como promover o desenvolvimento econômico frente a essa questão (SEIFFERT, 2009).

Ainda de acordo com Seiffert (2009), as normas ISO 14001 definem uma base comum para uma gestão ambiental uniforme, eficiente e eficaz em todo o mundo, apresentando os elementos necessários à estruturação de um sistema capaz de conseguir atingir as metas ambientais determinadas pela organização. Desse modo, os envolvidos no processo de gestão ambiental poderão ter uma maior confiança de que o processo desenvolvido por uma empresa estará em maior conformidade com a lei e com outras exigências a níveis mais elevados de desempenho ambiental.

Quanto à aplicação das normas ISO 14001, Barbieri (2007) observa que tais normas se aplicam a qualquer organização que deseje: (a) estabelecer, implementar, manter e aprimorar um SGA; (b) assegurar-se da conformidade com sua política ambiental definida; e (c) demonstrar conformidade com esta norma por meio de uma: auto-avaliação ou autodeclaração; confirmação por partes interessadas na organização, como clientes; confirmação de sua autodeclaração por meio de uma organização externa; ou certificação ou registro do seu SGA por uma organização externa.

Desse modo, as normas da série ISO 14000, enfocam os principais aspectos para implantação do SGA, tornando-se de fundamental importância para as organizações. De maneira geral, os benefícios advindos da adoção de um SGA estão explicitados no Quadro 2.

Quadro 2- Vantagens do SGA.
Fonte: Almeida, Mello e Cavalcanti (2001).

DIFERENCIAL COMPETITIVO	MINIMIZAÇÃO DE CUSTOS
Melhoria da imagem; Aumento da produtividade; Conquista de novos mercados.	Eliminação dos desperdícios; Conquista da conformidade ao menor custo; Racionalização da alocação dos recursos humanos, físicos e financeiros.
MELHORIA ORGANIZACIONAL	MINIMIZAÇÃO DOS RISCOS
Gestão ambiental sistematizada; Integração da qualidade ambiental à gestão dos negócios da empresa; Conscientização ambiental dos funcionários; Relacionamento de parceria com a comunidade.	Segurança legal; Segurança das informações; Minimização dos acidentes e passivos ambientais; Minimização dos riscos dos produtos; Identificação das vulnerabilidades.

Neste sentido, a adoção de um SGA torna-se um importante instrumento de gerenciamento no sentido de tornar as organizações competitivas. Constata-se que tal sistema atua como modelo de padronização e orientação na conduta dos procedimentos de uma organização buscando continuamente o aperfeiçoamento da qualidade ambiental dos serviços, produtos e ambiente de trabalho no sentido de reduzir os impactos das suas atividades sobre o meio ambiente. Sendo assim, faz-se necessário conhecer o SGA da empresa objeto deste estudo, o qual será abordado na seção a seguir.

2.3.1 Sistema de Gestão Ambiental do Banco do Brasil

Conforme descrito na seção anterior, o SGA se refere ao gerenciamento dos programas ambientais de uma organização, de forma abrangente e planejada. Ele contempla a estrutura organizacional, o planejamento e os recursos disponíveis, e a implementação e gestão da política de recursos ambientais da empresa. As organizações que adotam um SGA como ferramenta gerencial estão mais propensas a melhorar o seu desempenho ambiental de uma maneira mais eficaz em termos de custos, e a reduzir o risco de incorrer em multas ou penalidades pelo não cumprimento da legislação ambiental.

No caso da organização em estudo, Banco do Brasil, a opção pela implantação do SGA partiu da alta administração em conformidade com os compromissos assumidos na Agenda 21 empresarial, com o objetivo de identificar os aspectos e impactos ambientais associados às suas operações, desenvolver alternativas para mitigá-los e buscar o equilíbrio dos negócios com a preservação ambiental.

O Banco do Brasil, líder em ativos totais entre as empresas do setor financeiro do país, conforme o Relatório 50 Maiores Bancos e o Consolidado do Sistema Financeiro Nacional,

sempre se preocupou com as questões ambientais. Para compreender a sustentabilidade adotada pelo Banco do Brasil, segue o Quadro 3 com a linha do tempo referente às ações de sustentabilidade adotadas pelo mesmo, através, principalmente, da criação de programas:

Quadro 3 – Linha do tempo referente às ações de sustentabilidade praticadas pelo BB.
Fonte: Relatório de Sustentabilidade do Banco do Brasil (2015)

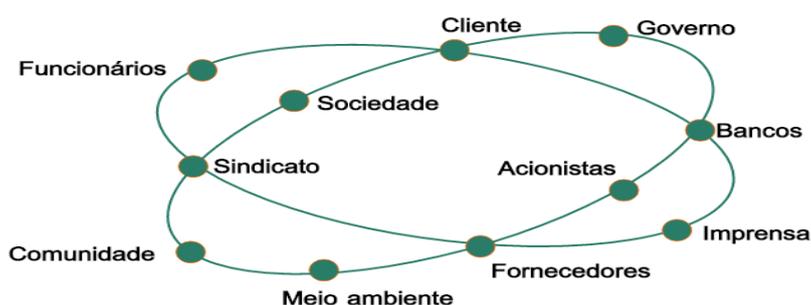
ANO	PROGRAMA	DESCRIÇÃO
1990	PROCEN – Programa de Racionalização de Consumo de Energia Elétrica	Controle da utilização de energia nas dependências, sem prejuízo da produtividade, segurança e conforto dos usuários.
1999	PROREC – Programa de Recondicionamento de Cartuchos e Toner	Adoção de medidas para o recondicionamento e reutilização das carcaças plásticas dos cartuchos de toner. Gera economia de recursos naturais e financeiros, além de contribuir para o fomento da mão de obra nacional, pois a reutilização evita a aquisição de material importado.
2005	PURÁGUA – Programa de Redução de Consumo de Água	Gestão do uso da água nas dependências do Banco, objetivando os aspectos da qualidade, racionalização e redução do consumo. Por meio do programa são realizadas obras de adequação das instalações hidráulico-sanitárias e de esgotos.
2006	Programa de Ecoeficiência	Baseia-se nos princípios dos “3 Rs – Reduzir, Reutilizar e Reciclar”.
2008	Programa Coleta Seletiva	Consiste no correto descarte dos resíduos recicláveis não perigosos (papel, plástico, metal e vidro) gerados nas dependências do Banco e sua destinação às cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis. O programa foi implementado em fase piloto em alguns prédios administrativos do Banco e sua expansão vem acontecendo em etapas.
2009	Certificação Ambiental – ISO 14001	Em 2009, o BB passou a contar com um de seus prédios administrativos certificado com a ISO 14001, em São Paulo (SP) (Ed. Altino Arantes). Atualmente, está em processo a certificação para o Complexo de Tecnologia e o Edifício Tancredo Neves, ambos em Brasília (DF).

2009	Inventário de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) do BB	Tem o objetivo de incrementar a capacidade técnica e institucional de empresas no gerenciamento de suas emissões de gases de efeito estufa, por meio da adaptação da metodologia GHG Protocol à realidade brasileira e sua disseminação para cálculo e reporte.
2009	DDA – Débito Direto Autorizado	O DDA está substituindo gradualmente os boletos de papel pela cobrança em meio virtual. Atualmente, o sistema contabiliza 6,7 milhões de clientes cadastrados e 383 milhões de boletos anuais emitidos eletronicamente. Estima-se que esse volume represente a mitigação de emissões de gases de efeito estufa da ordem de 20 mil t CO ₂ e.
2010	Videoconferência	Disponibilização de webcams e notebooks para as dependências realizarem reuniões virtuais. A adoção das videoconferências representou, além da redução nas emissões de GEE, uma redução nos custos de deslocamentos de funcionários e possibilitou maior participação dos colaboradores que estão distantes.
2010	Programa Água Brasil	Desenvolvido em parceria com a Fundação Banco do Brasil, a organização não governamental WWF Brasil e Agência Nacional de Águas (ANA). O Programa é estruturado em quatro eixos: projetos socioambientais, comunicação e engajamento, mitigação de riscos e novos negócios. Tem por principal objetivo contribuir para a conservação dos recursos hídricos.
2011	Dossiê Eletrônico de Operações (Deoc)	Substituição de cópias físicas de documentos por imagens digitalizadas. Contribui para melhorar a segurança e eficiência do processo de crédito do Banco, reduzindo o tempo de resposta aos clientes e os custos com trânsito, impressão, e cópias de documentos.

2012	Agências Verdes	Foram inauguradas em 2012 as duas primeiras Agências Verdes do BB – Pirituba, em São Paulo (SP) e Messejana, em Fortaleza (CE) –, construídas de acordo com o conceito do Green Building, as duas agências contemplam em sua infra-estrutura predial e em seu funcionamento, novos processos construtivos, materiais de baixo impacto ecológico e medidas de otimização e economia nas suas atividades.
2014	Certificação Ambiental - ISO 14064	O BB obteve a certificação, para contabilização voluntária de Gases de Efeito Estufa (GEE).

De acordo com o documento “Diretrizes de Sustentabilidade BB para o Crédito”, o setor financeiro é um importante elo indutor para a construção da sustentabilidade a partir do momento em que desperta para o fato de que a economia é subsidiária integral da natureza. Nesse sentido, os princípios de responsabilidade socioambiental do Banco do Brasil compõem as políticas gerais e específicas do BB que por sua vez propõem incorporar os princípios balizadores do desenvolvimento sustentável no planejamento de suas atividades, negócios e práticas administrativas, envolvendo os seus públicos de relacionamento (BANCO DO BRASIL, 2015f). A Figura 2 demonstra mais claramente os públicos de relacionamento do BB.

Figura 2: Públicos de relacionamento do BB
Fonte: Banco do Brasil (2015)



Através do Sistema de Gestão Ambiental implantado e em pleno funcionamento, o BB se compromete a atender tanto aos requisitos legais, quanto a outras normas voluntariamente por ele definidas. Como um dos principais agentes do desenvolvimento econômico e social do País, o Banco estimula a economia e o desenvolvimento dos municípios onde atua,

financiando a agricultura familiar, o agronegócio, o comércio exterior, as micro e pequenas empresas e outros setores produtivos. Por esse motivo, o BB é hoje referência mundial no tema sustentabilidade, fazendo parte de índices reconhecidos internacionalmente, como o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (Dow Jones Sustainability Index -DJSI, na sigla em inglês) e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

O DJSI, da Bolsa de Valores de Nova Iorque, é composto por ações de empresas de reconhecida sustentabilidade corporativa e revisado anualmente com base em questionários enviados às empresas e em informações públicas disponibilizadas pelas mesmas. De cada setor avaliado, apenas as 10% melhores empresas classificadas no ranking de sustentabilidade são selecionadas para fazer parte do índice. Com relação ao ISE da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), este foi formulado com base no conceito internacional *Triple Bottom Line* (TBL) que avalia, de forma integrada, elementos ambientais, sociais e econômico-financeiros. Aos princípios do TBL, foram adicionados outros três indicadores: governança corporativa, características gerais e natureza do produto (BARBOSA, 2009).

Um marco simbólico desse direcionamento da responsabilidade socioambiental é a Agenda 21 do Banco do Brasil, desdobramento empresarial das Agendas 21 Global e Brasileira. A Agenda 21 BB concretiza a estratégia do Banco em sustentabilidade. Trata-se de uma iniciativa pioneira no meio empresarial brasileiro, inspirada nos principais compromissos assumidos na Conferência Rio-92, da ONU, que incentivam os governos, as empresas e as organizações da sociedade civil na busca por soluções para os problemas socioambientais, conforme descrito no item 2.1 deste estudo. Por meio de sua própria Agenda 21, o Banco do Brasil alinha a gestão do tema à prestação de contas à sociedade, dissemina em todas as suas dependências a estratégia de sustentabilidade e mantém os processos negociais coerentes com os seus princípios, viabilizando o cumprimento das ações preestabelecidas para cada triênio.

O SGA do BB, conforme descrição do Banco em seu site na internet, consiste em um conjunto de ações adotadas para a implementação de diretrizes ambientais em seus processos especificando competências, comportamentos, procedimentos e exigências a fim de avaliar e controlar os impactos ambientais de suas atividades, buscando a eficiência no uso dos recursos naturais (água, energia, combustíveis fósseis, papel e outros), a redução dos impactos socioambientais (emissão de gases do efeito estufa, geração de resíduos, compras sustentáveis), a mitigação de riscos legais e o resguardo da imagem da empresa junto a seus *stakeholders* (BANCO DO BRASIL, 2015a).

Todas estas ações, desenvolvidas no âmbito do SGA BB, são auditadas e validadas por organismos internacionais e que, atualmente, certificam o Banco em normas socioambientais

como a ISO 14001 (Gestão Ambiental), ISO 14064 (Gestão de Carbono), FSC (Gestão da Cadeia de Custódia de Papel), GHG Protocol (Inventário de Emissões de Gases do Efeito Estufa) e LEED (Construções e Operações Sustentáveis). O Quadro 4 apresenta as premissas do SGA do BB.

Quadro 4 – Premissas do SGA do BB.

Fonte: Banco do Brasil (2015)

PREMISSA	DESCRIÇÃO
Educação	Capacitar os funcionários em responsabilidade socioambiental visando esclarecer, conscientizar para disseminação de mudança de comportamento interno e da cultura sustentável para os diversos públicos;
Comunicação	Sensibilizar e disseminar os conceitos e as práticas de ecoeficiência aos funcionários e demais públicos, inclusive quanto aos resultados obtidos;
Mudança de Processos	Adequar espaços e equipamentos, racionalizar o uso e consumo de bens e analisar processos sob o prisma do conceito de ecoeficiência;
Requisitos Legais	Introduzir requisitos contratuais legais referentes ao meio ambiente.

Nos negócios, o SGA assessora a identificação de oportunidades para o desenvolvimento de produtos que atendam às demandas originadas por questões ambientais (tendências ou novas regulamentações sobre o uso dos recursos naturais) e mudanças climáticas (demanda de financiamentos de setores como a agricultura e infraestrutura para a adaptação).

Diante do exposto pode-se observar que a preocupação com o desenvolvimento sustentável leva as empresas a integrar a sustentabilidade ao desenvolvimento organizacional, adotando posturas que abordam de forma integrada as questões sociais, econômicas e ambientais. Em função disso, faz-se necessária a utilização da gestão ambiental como instrumento para tornar as empresas competitivas, melhorando seus resultados, sua imagem institucional e colaborando com o meio ambiente. Nesse sentido, a adesão de um Sistema de Gestão Ambiental torna-se uma importante ferramenta de gerenciamento ambiental, uma vez que atua como modelo de padronização e orientação na conduta de procedimentos e busca o aperfeiçoamento da qualidade ambiental dos serviços, produtos e ambiente de trabalho no sentido de reduzir os impactos das atividades sobre o meio ambiente.

O próximo capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do estudo.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

Neste capítulo é apresentada a metodologia utilizada para atingir o objetivo proposto neste trabalho. São apresentadas a classificação da pesquisa, a abordagem e o tipo da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados e a análise dos dados.

3.1 Classificação da Pesquisa

Este estudo fundamenta-se no conhecimento empírico. Matias-Pereira (2007, p.24) evidencia que no método científico empírico, “a observação e a experimentação têm um papel essencial e combinam-se à abstração e à generalização, com o objetivo de descrever, compreender e explicar a realidade social”. A pesquisa de campo foi realizada na Agência do Banco do Brasil em Gravatá/PE.

3.2 Abordagem da Pesquisa

Primeiramente a definição do tema fez-se necessária. Segundo Gil (1999), o delineamento da pesquisa refere-se ao planejamento da mesma em sua dimensão mais ampla, considerando tanto a sua diagramação quanto a previsão de análise e interpretação dos dados.

Definido o tema, foi feita a pesquisa bibliográfica com o objetivo de efetuar um levantamento das principais questões referentes ao tema de pesquisa. Para Matias-Pereira (2007), no levantamento bibliográfico devem ser incluídos livros, teses, monografias, artigos científicos, entre outras fontes.

Uma vez que este estudo se propôs a investigar o desenvolvimento do Sistema de Gestão Ambiental do Banco do Brasil na agência Gravatá/PE, pode-se afirmar que se trata de uma pesquisa de campo por meio de um estudo de caso, sendo assim, a pesquisa não apresenta população e amostra. O estudo de caso tem como objetivo apresentar um caso analisado e documentado para se obter um conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada (VIEIRA, 1999). Para Yin (2001), um estudo de caso é considerado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos. Godoy (2006) acrescenta, ainda, que um estudo de caso tem como foco não a forma de pesquisa em si, mesmo considerando a sua importância, mas sim o tipo de questão

que pretende responder. O interesse está centrado no específico, em um conjunto de relações ou em um fenômeno individual, organizacional, social ou político.

A presente pesquisa é caracterizada por uma abordagem qualitativa. Segundo Malhotra (2006), a pesquisa qualitativa garante uma melhor visão e compreensão do contexto do problema. Desse modo, a utilização da abordagem qualitativa objetivou um maior aprofundamento dos resultados.

3.3 Tipo de Pesquisa

O presente estudo possui um caráter exploratório-descritivo. Uma pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade ao problema, procurando torná-lo explícito ou então construir hipóteses. Ao se optar por um estudo descritivo, pretende-se descrever as características de um determinado fenômeno (GIL, 2002). Para Vergara (1998), a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação. Barros e Lehfeld (2007) acrescentam que a pesquisa descritiva é um tipo de pesquisa em que não há interferência do pesquisador e têm-se a intenção de entender a frequência que ocorre o fenômeno, sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fenômenos.

3.4 Instrumento de Coleta de Dados

O processo de coleta de dados desta pesquisa desenvolveu-se a partir de entrevista (APÊNDICE), com quatro funcionários da agência do Banco do Brasil de Gravatá/PE, para conhecer e entender o modo como o SGA da empresa é desenvolvido. A entrevista foi feita pessoalmente e foi guiada por meio de um roteiro previamente elaborado, composto por questões abertas. A entrevista, segundo Marconi e Lakatos (1999), é uma conversação que ocorre de maneira metódica e que proporciona ao entrevistador, verbalmente, a informação necessária. Desse modo, o tipo de entrevista utilizado foi a entrevista semiestruturada face a face. Este tipo de entrevista permite ao pesquisador flexibilizar as perguntas para se aprofundar nas questões e informações de seu interesse para que mais detalhes possam aparecer à medida que a entrevista estiver acontecendo (GIL, 2002).

Para melhor identificação dos entrevistados na análise dos resultados, serão usados pseudônimos conforme o Quadro 5:

Quadro 5 - Legenda de entrevistados no Banco do Brasil, agência de Gravatá/PE
Fonte: Elaboração Própria (2015)

FUNÇÃO	PSEUDÔNIMO
GERENTE GERAL	E1
GERENTE DE RELACIONAMENTO PF	E2
GERENTE DE RELACIONAMENTO PJ	E3
GERENTE DE SERVIÇOS	E4

Para complementar as informações obtidas por meio da entrevista, foram coletados dados secundários internos, disponibilizados pela empresa, além da observação participativa, uma vez que a pesquisadora é funcionária da referida instituição pesquisada. Nos documentos estão incluídos normativos internos, apostilas de cursos de capacitação, folhetos, publicações internas e externas, relatórios anuais, páginas na Internet e informações divulgadas pela mídia em geral. Através desses documentos, pode-se avaliar o contexto específico que a empresa lida com a questão da sustentabilidade.

O instrumento de coleta de dados foi elaborado com base nas premissas do SGA do BB, conforme é apresentado no Quadro 6.

Quadro 6 – Premissas, descrições e ações do SGA do BB
 Fonte: Adaptado do SGA do BB

PREMISSA	DESCRIÇÃO	AÇÕES
Educação	Capacitar os funcionários em responsabilidade socioambiental visando esclarecer, conscientizar para disseminação de mudança de comportamento interno e da cultura sustentável para os diversos públicos;	Acompanhar a capacitação das dependências em cursos que visam disseminar a cultura em RSA, em temas como Ecoeficiência, Coleta Seletiva, Voluntariado e Mudanças Climáticas.
Comunicação	Sensibilizar e disseminar os conceitos e as práticas de ecoeficiência aos funcionários e demais públicos, inclusive quanto aos resultados obtidos;	Sensibilização dos funcionários quanto à ecoeficiência; Divulgação das práticas e resultados nos relatórios socioambientais (Relatório Anual, CDP <i>Climate Change</i> , GHG Protocol Brasileiro)
Mudança de Processos	Adequar espaços e equipamentos, racionalizar o uso e consumo de bens e analisar processos sob o prisma do conceito de ecoeficiência;	Por meio do Índice Pegada Ecológica pretende-se disseminar a cultura e a prática de ecoeficiência entre os funcionários, através da redução de consumo de recursos naturais e da gestão dos resíduos sólidos recicláveis não perigosos descartados pelas dependências.
Requisitos Legais	Introduzir requisitos contratuais legais referentes ao meio ambiente.	Identificar o risco ambiental como fator de risco de crédito, aplicando os princípios da legislação ambiental vigente nos contratos de empréstimos e financiamentos.

3.5 Análise dos Dados

Marconi e Lakatos (1999) afirmam que analisar corresponde a estudar, decompor, dissecar e interpretar dados, examinando sistematicamente seus elementos. Quanto à análise dos dados, utilizou-se a análise documental associada à análise de conteúdo, pois se entende que são técnicas que se complementam em relação ao objeto de pesquisa proposto.

Foram submetidos aos procedimentos da análise de conteúdo os dados levantados por meio da entrevista. Para Bardin (2007), a análise de conteúdo constitui uma importante função heurística, que enriquece a tentativa exploratória e aumenta a propensão à descoberta.

Os dados secundários internos – obtidos a partir dos normativos internos do Banco, de apostilas de cursos de capacitação, folhetos, publicações internas e externas, relatórios anuais,

páginas na Internet e informações divulgadas pela mídia em geral – foram analisados com base na técnica da análise documental. Bardin (2007) considera tal técnica como o tratamento do conteúdo de forma a apresentá-lo de maneira diferente da original, facilitando sua consulta e referência; quer dizer, tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação.

No capítulo a seguir, são analisados e discutidos os resultados da pesquisa de campo (entrevista) com as opiniões e colaborações dos pesquisados com o intuito de extrair informações válidas sobre o modo como é desenvolvido o SGA do Banco do Brasil na agência de Gravatá/PE.

CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção é feita a caracterização do lócus da pesquisa, assim como a apresentação e análise dos dados alcançados.

4.1 Caracterização do Lócus de Pesquisa

O estudo foi conduzido no Banco do Brasil S.A., na agência de Gravatá/PE, conforme pode ser visualizado na Figura 3. Esta foi escolhida pela pesquisadora ter maior acesso aos dados no momento da coleta de dados por ser funcionária desta unidade.

Figura 3: Fachada da agência do BB em Gravatá/PE
Fonte: Dados da pesquisa (2015)



O Banco do Brasil foi o primeiro banco a operar no país e, ainda hoje, é considerada a maior instituição financeira da América Latina em termos de ativos, que totalizam mais de R\$ 1,4 trilhão, e ocupa posição de destaque em diversos segmentos. A agência do Banco em Gravatá/PE, onde foi realizado o estudo, conta com 21 funcionários em seu quadro funcional, formado por um gerente geral, um gerente de serviços, três gerentes de relacionamento, um supervisor de atendimento, dois assistentes de negócios, seis caixas executivos e sete escriturários.

A identidade organizacional do Banco é materializada por meio de sua Crença, Missão, Visão e Valores, conforme descrito no Quadro 7 a seguir:

Quadro 7 – Identidade Organizacional do Banco do Brasil S.A.
Fonte: Banco do Brasil (2015)

CRENÇA	Um mundo bom para todos exige espírito público em cada um de nós.
MISSÃO	Banco de mercado com espírito público – ser um Banco competitivo e rentável, atuando com espírito público em cada uma de suas ações junto a toda sociedade.
VISÃO DE FUTURO	Ser o Banco mais relevante e confiável para a vida dos clientes, funcionários, acionistas e para o desenvolvimento do Brasil.
VALORES	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Espírito Público – Consideramos simultaneamente o todo e a parte em cada uma de nossas ações para dimensionar riscos, gerar resultados e criar valor. ➤ Ética – Nossa conduta é baseada em princípios e valores morais, com responsabilidade e transparência. ➤ Unicidade – Nossa identidade nos une, nos diferencia e nos orgulha: somos o Banco do Brasil. ➤ Competência – Buscamos incansavelmente a competência necessária para resolver os desafios decorrentes de nossa Crença e de nossa Missão. ➤ Inovação – Cultivamos uma cultura de inovação como garantia de nossa perenidade. ➤ Potencial Humano – Acreditamos no potencial de todas as pessoas e na sua capacidade de se realizar e contribuir para a evolução da sociedade. ➤ Sustentabilidade – Somos protagonistas da disseminação e da viabilização de um estilo de vida baseado nos princípios de sustentabilidade. ➤ Eficiência – Otimizamos permanentemente os recursos disponíveis para a criação de valor para todos os públicos de relacionamento. ➤ Agilidade – Somos simples e assertivos para ter a agilidade necessária para competir e encantar os clientes.

Os dados da revisão bibliográfica evidenciam que as instituições financeiras devem observar o contido na Resolução 4.327, de 25 de abril de 2014, publicada pelo Banco Central do Brasil, que trata da responsabilidade socioambiental das instituições financeiras, dispondo sobre diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implantação de políticas de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições do Sistema Financeiro Nacional.

Nesse sentido, a perspectiva contemporânea das instituições financeiras com relação ao meio ambiente insere-se no processo de mudanças que vem ocorrendo na sociedade nas últimas décadas e a implantação de Sistemas de Gestão Ambiental tem se mostrado uma importante ferramenta para a prática da Responsabilidade Socioambiental. Com base nas informações adquiridas, será apresentado na seção a seguir, o SGA do Banco do Brasil.

4.2 Sistema de Gestão Ambiental do Banco do Brasil

A opção pela implantação do SGA no Banco do Brasil partiu da alta administração, em conformidade com os compromissos assumidos na Agenda 21 empresarial, com o objetivo de identificar os aspectos e impactos ambientais associados às suas operações, desenvolver alternativas para mitigá-los e buscar o equilíbrio dos negócios com a preservação ambiental.

A estratégia do SGA do BB é baseada em quatro premissas: Educação, Comunicação, Mudança de Processos e Requisitos Legais. Com base nessas premissas, através da coleta de dados realizada com funcionários da agência do Banco do Brasil em Gravatá/PE, pôde-se verificar como é desenvolvido o SGA do Banco na referida dependência.

Com relação à dimensão Educação, o entrevistado E1 informou que o BB possui diversas ferramentas internas para capacitar seus funcionários, entre elas destaca-se a Universidade Corporativa Banco do Brasil (UniBB) que disponibiliza cursos à distância em ambiente virtual. Quanto ao treinamento presencial, a Diretoria de Gestão de Pessoas (DIPES) é a responsável e conta com profissionais da área divididos em 13 gerências no Brasil, chamadas de Gerências de Pessoas (GEPES). Nos cursos à distância, os funcionários respondem, ao final do curso, uma avaliação de desempenho e são aprovados com no mínimo 70% das respostas corretas, em caso de reprovação em três tentativas no mesmo dia, a avaliação só poderá ser refeita em dia posterior. Com relação aos cursos presenciais que são realizados na GEPES local que fica localizada em Recife/PE, os funcionários são avaliados mediante o desempenho e participação em atividades práticas e dinâmicas de grupo.

Ao analisar uma das apostilas do “Curso Desenvolvimento Sustentável no BB” verificou-se que o material tem o objetivo de contextualizar e sensibilizar os funcionários sobre a importância e atualidade dos temas abordados, bem como contribuir para a definição de iniciativas inovadoras em desenvolvimento sustentável. O aluno é reconhecido como agente da educação e deve assumir o compromisso com seu aprendizado, tendo o educador como facilitador deste processo. “Com a capacitação, os funcionários tomam conhecimento dos conceitos inerentes à cultura em responsabilidade socioambiental e ficam aptos a praticá-los” (DADOS DA PESQUISA).

Com relação ao acompanhamento da capacitação dos funcionários nos cursos que disseminam a cultura em RSA e sobre a existência de algum incentivo financeiro, E2 destaca que,

Existe um instrumento utilizado para avaliar o desempenho da gestão de cada dependência, denominado “Sinergia BB”, que consiste em uma plataforma virtual com a relação de metas a serem alcançadas. Tem como objetivo promover e mensurar a eficiência e eficácia das atividades do Banco, em relação às metas e objetivos estabelecidos nos documentos estratégicos, com efeitos práticos na forma de retribuição, orientação e ação corretiva (DADOS DA PESQUISA).

Ainda sobre este questionamento, o entrevistado E3 informa que o desempenho da gestão das dependências com relação às metas estabelecidas possui impacto na remuneração variável dos funcionários, por meio do pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Para o recebimento desse complemento na PLR é necessária uma pontuação mínima no “Sinergia BB”, no qual há um indicador específico cumprimento dos referidos cursos, denominado “Trilha Sustentabilidade”.

Compreende-se com isso, que há uma colaboração, por parte da empresa, para que os funcionários sejam estimulados e percebam a sua contribuição e a contribuição das dependências do Banco em prol do desenvolvimento sustentável por intermédio do BB.

No que se refere à dimensão Comunicação, verificou-se, conforme mencionado pelo entrevistado E1, que o BB possui um departamento específico que cuida da parte da Responsabilidade Socioambiental, denominado Unidade de Negócios Sociais e Desenvolvimento Sustentável (UNS), e que através de sua atuação é possível realizar a comunicação interna entre os vários níveis da organização, como também atender às demandas externas da sociedade. Semanalmente o setor responsável pelo desenvolvimento sustentável, a UNS, encaminha informativos sobre ecoeficiência e temas afins para o email interno dos funcionários.

Vale salientar que para o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS (2015), a sustentabilidade vai além de um departamento ou conjunto de práticas e deve-se integrar o tema na gestão da organização e no seu plano de negócios, envolvendo todos os departamentos, que desenvolvem atividades específicas por pessoas com valores e visões distintas.

Na coleta de dados com o entrevistado E1, constatou-se a importância da mobilização das pessoas para o alcance dos objetivos do SGA.

Do ano passado para cá, levamos essa história de economia mais a sério e... sabe o que aconteceu? Ganhamos um prêmio da nossa Superintendência Estadual pelos resultados alcançados! E antes mesmo da premiação, e de comum acordo – nos dias

em que o clima está mais ameno a gente desliga o ar. Também desligamos um dos aparelhos de ar condicionado quando diminui o fluxo de pessoas no ambiente. Às vezes um esquece e o outro lembra, um reclama um pouco, mas dá tudo certo (DADOS DA PESQUISA).

Nessa perspectiva, conforme o entrevistado E4, “no dia-a-dia, aos poucos, todos vão se envolvendo e a minha dica de ecoeficiência é mobilizar as pessoas, porque aqui em Gravatá, estamos mais mobilizados do que nunca”.

Já o entrevistado E2, complementa informando que,

No último ano, percebemos que a nossa média de consumo estava deslocada da média apontada para esta região do País. Ao observar o comportamento do nosso grupo, notamos que poderíamos tentar fazer alguma coisa. Criamos um plano e envolvemos até a copeira. Agora a funcionária faz café menos vezes ao dia e está atenta em desligar a sanduicheira, retirando o equipamento da tomada quando não está em uso (DADOS DA PESQUISA).

No tocante à premissa Mudança de Processos, o entrevistado E4, por exemplo, informa que,

Foram iniciadas algumas reformas na agência no decorrer do ano. Além dos computadores que foram substituídos, a expectativa é que a substituição de aparelhos de ar condicionado tragam maior comodidade e mais economia de energia. Os computadores substituídos foram doados a duas escolas municipais daqui da cidade (DADOS DA PESQUISA).

Percebe-se, com esse depoimento, que há a intenção de propor melhorias, com o aperfeiçoamento da estrutura de tecnologia, aumentando a quantidade de equipamentos e recursos energeticamente eficientes. Segundo o entrevistado E3, “desligar o monitor do computador, apagar sempre a luz de salas vazias, não sobrecarregar aparelhos de ar condicionado... Nós, aqui, vínhamos fazendo isso continuamente, mas nunca imaginamos que pudesse dar um bom resultado, não”.

Já o entrevistado E2, complementa informando que ações sustentáveis, como a reutilização de copos plásticos e separação de lixo, por exemplo, devem ser expandidas ao ambiente de trabalho do Banco, e inclusive dialogadas, para que não se crie apenas uma empresa voltada para a sustentabilidade e sim uma comunidade como um todo, pois as práticas devem ser adotadas e compromissos devem ser firmados. Percebe-se que o desafio maior é a mudança de comportamento porque com ela consegue-se fazer tudo na questão da sustentabilidade.

“É evidente que esse conjunto de ações do Sistema de Gestão Ambiental do BB é somente uma parte de ações mais amplas rumo a um futuro sustentável”, continua o entrevistado E2.

Com base nisso, foi mencionado, em entrevista com E4, que,

Os resultados socioambientais e financeiros do SGA BB apresentam uma melhoria contínua do desempenho socioambiental das atividades, produtos e serviços do Banco do Brasil como é mostrado nos nossos relatórios anuais, um exemplo é o Projeto Videoconferência que com a adoção de salas de áudio e videoconferência possibilitou ganhos socioambientais e financeiros ao deixar de lançar gases do efeito estufa no ambiente decorrente das inúmeras viagens aéreas realizadas pelos funcionários (DADOS DA PESQUISA).

Quando perguntado sobre a composição do Índice Pegada Ecológica, o entrevistado E4 informou que o referido índice é constituído por cinco subitens (consumo de água, energia, papel e registro da coleta seletiva). A Pegada Ecológica, segundo o WWF Brasil (2015) é uma metodologia de contabilidade ambiental utilizada nos dias atuais para indicar o impacto causado no meio ambiente pelo estilo de vida de indivíduos, produtos e serviços, organizações, setores industriais, vizinhanças, cidades, regiões e nações. Quanto maior a pegada ecológica de uma atividade, mais danos ela causa ao meio ambiente.

Conforme informações prestadas por E3, durante a entrevista, constatou-se que com relação ao Índice Pegada Ecológica, assim como mencionado na premissa Educação, quanto à realização de cursos, também há um incentivo financeiro para os funcionários por meio do complemento adicional ao pagamento da remuneração variável (PLR), quando se atinge a meta estabelecida. Para o recebimento da PLR é necessária uma pontuação mínima no “Sinergia BB”, no qual há um indicador específico de desempenho ambiental, denominado IE Pegada (Índice de Ecoeficiência – Pegada Ecológica). Pelo cumprimento desse indicador, as agências recebem pontos adicionais que bonificam o placar de desempenho.

Constata-se que por meio desse indicador de monitoramento e desempenho ambiental a agência e a organização como um todo podem traçar suas estratégias de melhoria. Essa constatação mostra-se em conformidade com o pensamento de Seiffert (2010), que afirma que o monitoramento ambiental faz parte do gerenciamento ambiental, uma vez que todo processo de gestão, independentemente de seu nível de abrangência, deve ser controlado através de um processo de monitoramento sistemático das características atuais da situação problema, tendo sempre em mente os cenários alternativos mais próximos da situação desejada possível em função dos instrumentos de gestão ambiental utilizados em uma dada realidade.

Segundo relato do entrevistado E3, o preenchimento dos registros de consumo da agência, necessários para composição do Índice Pegada Ecológica, é feito pelo gerente de serviços em um aplicativo próprio do Banco, denominado “material”, e a periodicidade de avaliação do Índice é feita mensalmente a partir do 20º dia subsequente ao fechamento do mês. O Quadro 8 apresenta a composição do Índice Pegada Ecológica.

Quadro 8 – Composição do Índice Pegada Ecológica
 Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Componente	Peso	Unidade de Medida	Orçado	Realizado	Meta
Água	20	Litros/pessoa/dia	Padrão de consumo estabelecido por região geográfica	Média acumulada do consumo	Consumo igual ou menor que o padrão
Energia	20	Kwh/m ² /mês	Padrão de consumo estabelecido por região geográfica	Média acumulada do consumo	Consumo igual ou menor que o padrão
Papel	40	Resmas/mês	Média acumulada mensal do realizado do mesmo período do ano anterior	Média acumulada mensal do semestre de avaliação	Redução de 2% em relação ao orçado
Coleta Seletiva	20	Registros validados/mês	1 registro validado por mês, acumulado até o final do semestre	1 para cada mês em que houver registro e a respectiva validação, acumulados até o final do semestre independentemente da quantidade de registros validados no mês	Registro e validação mensal

Continuando a entrevista com E3, o mesmo aponta que a agência Gravatá/PE, ainda não possui a Coleta Seletiva implantada, mas no próximo ano (2016) há a pretensão de se estabelecer parceria com uma associação de catadores local, uma vez que o município não possui coleta seletiva implantada. Pois de acordo com a Agenda 21 BB período 2013 - 2015/ Ação 71, a implementação do Programa Coleta Seletiva deverá ser feita nos municípios brasileiros onde haja coleta seletiva definida e implementada como política pública e/ou associações/cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Desse modo, a agência não possui valor orçado no item coleta seletiva e o peso desse componente é redistribuído entre os demais.

Relativo à dimensão Mudança de Processos, foi perceptível o comprometimento da empresa com a qualidade do meio ambiente de uma forma bastante ampla, como também o envolvimento de seus funcionários com a questão. Na avaliação global desta premissa, pode-se afirmar que a agência do Banco do Brasil de Gravatá/PE apresenta um grau satisfatório de atendimento dos requisitos do SGA proposto pelo BB, embora ainda não contemple a coleta seletiva.

No que concerne à premissa Requisitos Legais, o entrevistado E4 cita como exemplo a exigência da apresentação do licenciamento ambiental pelas empresas que desejam financiamentos.

O Banco exige o licenciamento ambiental das empresas que se enquadram nos critérios de exigibilidade do órgão ambiental competente, no caso de Pernambuco esse órgão é a Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH). É importante frisar que com isso o Banco além de diminuir a chance de perda financeira, evita o desenvolvimento, por meio de financiamento de bens, de empresas que possivelmente agridem o meio ambiente (DADOS DA PESQUISA).

Dessa maneira foi averiguado que com essa prática de concessão de crédito introduzindo requisitos legais, o Banco evita os impactos socioambientais gerados pela atuação de seus clientes, além de proteger seu capital contra possíveis inadimplências. Nesse sentido, (Paiva, 2010) enfatiza que os riscos socioambientais oriundos do financiamento de atividade econômica que possa gerar impacto ambiental fazem parte dos riscos financeiros e operacionais aos quais estão sujeitas as corporações e as instituições financeiras.

Sendo assim, com base nos dados fornecidos, os principais resultados alcançados no presente estudo revelam que as mudanças nos hábitos e comportamentos fazem parte do cotidiano dos funcionários que atuam na agência e que eles participam das ações propostas, de forma colaborativa. Evidencia-se também que há um controle central das iniciativas e da comunicação interna e externa por parte da UNS que é o departamento específico que cuida da parte da Responsabilidade Socioambiental do Banco, como também existe um sistema de monitoramento e de avaliação permanente, inclusive proporcionando incentivos financeiros aos funcionários através do complemento adicional à Participação nos Lucros e Resultados. Vale ressaltar que a introdução de requisitos contratuais legais, referentes ao meio ambiente, nos empréstimos e financiamentos, pode ser considerada uma forma do Banco se transformar em fiscal indireto do cumprimento da lei devido à exigência de comprovantes de regularidade de atuação perante os órgãos ambientais.

Assim sendo, percebe-se que existe uma harmonia entre as considerações dos entrevistados e é fácil constatar nos depoimentos a preocupação constante em alinhar as premissas do SGA ao dia a dia da agência, sinalizando, portanto o modo como o Banco do Brasil aplica os conceitos de SGA em suas atividades. Neste contexto, a agência do Banco analisada demonstra uma prática compatível com as premissas do SGA da organização, evidenciando a importância da consciência da necessidade que as empresas têm de encontrarem mecanismos para possibilitar que o desenvolvimento se dê de forma sustentável, através do aprimoramento da gestão de seus impactos.

No capítulo a seguir serão apresentadas as conclusões a que o estudo chegou a partir dos dados da pesquisa e sugestões para futuras pesquisas.

CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise dos dados obtidos, confrontando-os com as informações derivadas da revisão bibliográfica e com os objetivos propostos para este estudo, foi possível elaborar determinadas considerações acerca do tema abordado, bem como sugestões para futuras pesquisas.

5.1 Considerações finais

Em decorrência dos diversos problemas ambientais, as empresas necessitam cada vez mais inserir em seu contexto o conceito de sustentabilidade, objetivando minimizarem os impactos socioambientais ocasionados. Desse modo, incluir ações que proporcionem o desenvolvimento sustentável, através de um Sistema de Gestão Ambiental, é uma iniciativa cada vez mais estratégica. Isso porque a análise dos aspectos ambientais, sociais e econômicos pode ser sinônimo de redução de custos, melhoria da imagem institucional, promoção do crescimento, aumento da vantagem competitiva e atendimento às legislações vigentes.

A finalidade do estudo foi colaborar com a compreensão da forma como as ações do Sistema de Gestão Ambiental do Banco do Brasil são realizadas na agência de Gravatá/PE. Vale ressaltar que os dados coletados e os resultados obtidos são representativos apenas para esta agência, de forma que se torna inviável generalizá-los e usá-los para toda a organização.

Percebeu-se que para seguir e manter a empresa alinhada às premissas do SGA proposto tem-se um processo trabalhoso, mas gratificante e lucrativo para todos os envolvidos. Verificou-se que o processo de conformidade com os objetivos do SGA depende da integração das equipes em cada dependência do Banco, mostrando-se importante o enfoque na comunicação e sensibilização dos funcionários quanto à temática. Visto que o quadro funcional pode tornar-se um agente multiplicador das práticas que materializam o desenvolvimento sustentável, contribuindo para a mudança de postura de grande parte da sociedade, visto que o referido setor tem uma considerável presença no mercado.

Neste sentido, a adoção de um SGA torna-se um importante instrumento de gerenciamento no sentido de tornar as organizações competitivas. Constata-se que tal sistema atua como modelo de padronização e orientação na conduta dos procedimentos de uma organização buscando continuamente o aperfeiçoamento da qualidade ambiental dos serviços, produtos e ambiente de trabalho no sentido de reduzir os impactos das suas atividades sobre o

meio ambiente. Essa conclusão também foi afirmada por Naime (2005), que evidencia a importância do uso de ferramentas de SGA para se atingir excelência em gestão ambiental, podendo obter vantagens competitivas facilmente percebidas pelo mercado e pela concorrência e que para isso, essas ferramentas precisam ser adequadas, bem implementadas, dinâmicas e em constante modernização e aprimoramento.

Assim, o Banco do Brasil tem sua parcela de responsabilidade ambiental destacando a sustentabilidade como um de seus valores estratégicos, estando cada vez mais presente e incorporada em seus negócios, já que os mesmos dependem da qualidade do meio ambiente. Assim com base nos dados obtidos, foi notória a inserção dos princípios da sustentabilidade no modo de operação do banco na agência de Gravatá/PE, passando-se, concretamente, a integrar o lucro, a proteção ambiental e o respeito à sociedade. Pois através do SGA o banco consegue disseminar e viabilizar um estilo de vida baseado nos princípios da sustentabilidade.

Dessa forma, verificou-se que a agência do Banco do Brasil analisada envolve seus funcionários nas estratégias sustentáveis que materializam o SGA da instituição, apresentando um satisfatório grau de preocupação com o meio ambiente e com a conservação dos recursos naturais nos limites impostos pela sua área de atuação, bem como para atender aos requisitos da Resolução 4.327/2014 do Banco Central do Brasil conforme já mencionado. Os dados analisados permitiram identificar a importância atribuída à sustentabilidade através da conformidade das práticas adotadas com as premissas do referido SGA. No entanto, observou-se certa lentidão na implantação do Programa Coleta Seletiva, uma vez que o mesmo foi criado em 2008. Outra questão observada refere-se à ação da premissa “Educação” do SGA que falta envolver o treinamento dos funcionários terceirizados para temas relacionados à gestão ambiental. Em síntese, é possível afirmar que as ações voltadas para a prática do SGA contribuem positivamente para o desempenho ambiental da empresa como um todo, bem como para a competitividade em um mercado cada vez mais exigente. Por fim, é importante assinalar que, diante do resultado do presente estudo, a implementação de um SGA se mostra coerente e oportuna com as necessidades e peculiaridades de instituições financeiras.

5.2 Recomendações

Diante dos resultados apresentados, como sugestão de pesquisas futuras, recomenda-se estudos que analisem a percepção ambiental dos funcionários como meio de se avaliar a compreensão da importância da gestão ambiental implantada, bem como, sua visibilidade. Novas pesquisas nesse sentido atuariam como um guia para que as organizações possam melhor aprimorar suas práticas em desenvolvimento sustentável.

6 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. L.(Org.). **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social**: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009.

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de et al. **Política e Planejamento Ambiental**. 3. ed. Rio de Janeiro: Thex, 2004.

ALMEIDA, Josimar R. de; MELLO, Claudia dos S.; CAVALCANTI, Yara. **Gestão ambiental**: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação. Rio de Janeiro: Thex, 2001.

AMARAL, Sergio Pinto. **Sustentabilidade Ambiental, Social e Econômica nas Empresas**: como entender, medir e relatar. 2.ed. São Paulo: Tocalino, 2005.

ANDRADE, R. O. B.; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A. B. de. **Gestão ambiental**: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Markron Books, 2000.

ASHLEY, P. A. (Coord). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BANCO DO BRASIL. **Agenda 21 do BB**. 2015c. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/sitesp/sustentabilidade/dwn/Agenda21.pdf>>. Acesso em: setembro/2015.

_____. **Princípios do Equador**. 2015b. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portallbb/page251,8305,3926,0,0,1,6.bb?codigoNoticia=28470>>. Acesso em: setembro/2015.

_____. **Relatório anual BB 2013**. 2015e. Disponível em: <<http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2013/port/ra/13.htm#reinamento>>. Acesso em: setembro/2015.

_____. **Relatório anual BB 2014**. 2015d. Disponível em: <http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2014/pt/09.htm#sistema_de_gestao_ambiental>. Acesso em: agosto/2015.

_____. **Sustentabilidade**. 2015a. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portallbb/page44,8305,8327,0,0,1,6.bb?codigoMenu=3800&codigoNoticia=4558&codigoRet=3806&bread=1>>. Acesso em: agosto/2015.

_____. **Diretrizes de Sustentabilidade BB para o Crédito**. 2015f. Disponível em: <<http://bb.com.br/portallbb/page4,8305,19212,0,0,1,6.bb>>. Acesso em: novembro/2015.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da Agenda 21. 10. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos.** São Paulo, Saraiva, 2004.

_____. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos.** São Paulo: Saraiva, 2007.

BARBOSA, L. C. R. **Implantação e avaliação da eficiência do programa de gestão de resíduos sólidos em uma instituição financeira** – estudo de caso: Banco do Brasil. 2009. 81 f.. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental), Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70 Ltda., 2007.

BARROS, Aidil J. S.; LEHFELD, Neide A. S. **Fundamentos de metodologia científica.** 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BRASIL. **Agenda 21 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2000.

BROWN, L. R. **Sinais Vitais 2000, as tendências vitais que determinarão nosso futuro.** Salvador: UMA Editora, 2000.

CAMARGO, Aspásia. **Governança para o século 21.** In: TRIGUEIRO, A. **Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento.** Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

CANEPA, Carla. **Cidades Sustentáveis: o município como lócus da sustentabilidade.** São Paulo: Editora RCS, 2007.

CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Cortez, 2003.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CEBDS. **Para seguir a cartilha e adotar ações sustentáveis.** 2015. Disponível em: <<http://cebds.org/artigos/para-seguir-cartilha-e-adotar-acoes-sustentaveis/>>. Acesso em: novembro/2015.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. **Resolução nº 306/2002.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30602.html>>. Acesso em: agosto/2015.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DIRETORIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO DO BANCO DO BRASIL. **Banco do Brasil: 200 anos – 1964-2008.** Belo Horizonte: Del Rey, Fazenda Comunicação & Marketing, 2010.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável**. Origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS - FEBRABAN. **Bancos publicam políticas de responsabilidade socioambiental**. 2015. Disponível em: <https://www.febraban.org.br/Noticias1.asp?id_texto=2600>. Acesso em: novembro/2015.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; MELLO, R.; SILVA, A. B. (Org.). **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais**: Paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Metodologia e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

JANTALIA, F. Sistema Financeiro e Meio Ambiente: Reflexões sobre a atuação do CMN e do Banco Central. **Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro**, Brasília, n. 16, p. 1, 2007. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA200703.pdf>>. Acesso em: setembro/2015.

LINS, Clarissa; WAJNBERG, Daniel. **Sustentabilidade Corporativa no Setor Financeiro Brasileiro**. Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro. 2007. Disponível em: <<http://www.fbds.org.br/fbds/Apresentacoes/Relatorio%20Final%20Bancos.pdf>>. Acesso em: abril, 2015.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

MELLO, V. S. de. **Vantagens competitivas da gestão ambiental**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MOREIRA, M. S. **Estratégia e implantação de sistema de gestão ambiental modelo ISO 14000**. Belo Horizonte: Editora de Desenvolvimento Gerencial, 2001.

NAIME, Roberto Harb. **Diagnóstico ambiental e sistemas de gestão ambiental**: incluindo a atualização da série ISO 9000 e as novas NBR 14001/2004 e NBR ISO 19011/2002. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.

NETO, Alexandre Shigunov; CAMPOS, Lucila Maria de Souza; SHIGUNOV, Tatiana. **Fundamentos da Gestão Ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **A ONU e o meio ambiente**. 2015. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: agosto/2015.

PAIVA, A. C. R. de. As atividades bancária e empresarial e o desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo – RAUSP**, São Paulo, v. 45, n.3, p. 297-304, 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ods.aspx>> Acesso em: setembro/2015.

SACHS, Ignacy; VIEIRA, Paulo Freire (org.). **Rumo à ecossocioeconomia: Teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008a.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008b.

SEIFFERT, Maria Elizabete Bernardini. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **ISO 14001 Sistemas de Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **ISO 14001 Sistemas de Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2009.

SENADO FEDERAL. **A Rio+20**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/rio20/a-rio20.aspx>> Acesso em: julho/2015.

SOUSA-FILHO, J. M. de.; BARBIERI, J. C. Estratégia socioambiental baseada em recursos e ambiguidade causal. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 55, n. 6, p.699-711, novembro-dezembro, 2015.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

TOSINI, M. F. C. **Risco ambiental para as instituições financeiras bancárias**. 2005. 157 f.. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa Realizados em Administração**. São Paulo, SP: Editora Atlas, 1998.

VIEIRA, S. **Como escrever uma tese**. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

WWF BRASIL. **Pegada Ecológica? O que é isso?**. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/o_que_e_pegada_ecologica/>. Acesso em: novembro/2015.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2001.

APÊNDICE - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Roteiro de perguntas para a entrevista com os funcionários da agência do Banco do Brasil em Gravatá/PE

Data:

Local:

PREMISSAS	AÇÕES	QUESTÕES
Educação	Acompanhar a capacitação das dependências em cursos que visam disseminar a cultura em RSA, em temas como Ecoeficiência, Coleta Seletiva, Voluntariado e Mudanças Climáticas.	1. Como são realizados esses cursos e quais os critérios de aprovação nos mesmos? 2. Como é feito o acompanhamento da capacitação dos funcionários nesses cursos? 3. Há algum incentivo financeiro para a realização desses cursos?
Comunicação	Sensibilização dos funcionários quanto à ecoeficiência; Divulgação das práticas e resultados nos relatórios socioambientais (Relatório Anual, CDP <i>Climate Change</i> , GHG Protocol Brasileiro)	4. Como é praticada a sensibilização dos funcionários quanto à ecoeficiência? 5. Existe algum departamento específico que cuide da parte da Responsabilidade socioambiental?
Mudança de Processos	Por meio do Índice Pegada Ecológica pretende-se disseminar a cultura e a prática de ecoeficiência entre os funcionários, através da redução de consumo de recursos naturais e da gestão dos resíduos sólidos recicláveis não perigosos descartados pelas dependências.	6. Qual a composição desse Índice, como a agência é avaliada? 7. Como a agência de Gravatá tem seu desempenho ambiental mensurado?
Requisitos Legais	Identificar o risco ambiental como fator de risco de crédito, aplicando os princípios da legislação ambiental vigente nos contratos de empréstimos e financiamentos.	8. Quais exemplos de exigências impostas aos clientes com relação ao aspecto ambiental você poderia citar?

ANEXO - Carta de Princípios de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil

O Banco do Brasil se compromete a:

- ✓ Atuar em consonância com Valores Universais, tais como: Direitos Humanos, Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho, Princípios sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.
- ✓ Reconhecer que todos os seres são interligados e toda forma de vida é importante.
- ✓ Repelir preconceitos e discriminações de gênero, orientação sexual, etnia, raça, credo ou de qualquer espécie.
- ✓ Fortalecer a visão da Responsabilidade Socioambiental como investimento permanente e necessário para o futuro da humanidade.
- ✓ Perceber e valer-se da posição estratégica da corporação BB, nas relações com o Governo, o Mercado e a Sociedade Civil, para adotar modelo próprio de gestão da Responsabilidade Socioambiental à altura da corporação e dos desafios do Brasil contemporâneo.
- ✓ Ter a transparência, a ética e o respeito ao meio ambiente como balizadores das práticas administrativas e negociais da Empresa.
- ✓ Pautar relacionamentos com terceiros a partir de critérios que observem os princípios de responsabilidade socioambiental e promovam o desenvolvimento econômico e social.
- ✓ Estimular, difundir e implementar práticas de desenvolvimento sustentável.
- ✓ Enxergar clientes e potenciais clientes, antes de tudo, como cidadãos.
- ✓ Estabelecer e difundir boas práticas de governança corporativa, preservando os compromissos com acionistas e investidores.
- ✓ Contribuir para que o potencial intelectual, profissional, artístico, ético e espiritual dos funcionários e colaboradores possam ser aproveitados, em sua plenitude, pela sociedade.
- ✓ Fundamentar o relacionamento com os funcionários e colaboradores na ética e no respeito.
- ✓ Contribuir para a universalização dos direitos sociais e da cidadania.
- ✓ Contribuir para a inclusão de pessoas com deficiência.